



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 62, DE 2025

(nº 1220/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 1.220

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 1º de setembro de 2025.

Brasília, 5 de Agosto de 2025

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **RENATO SOARES MENEZES**, será removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO**, para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1494/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 15/09/2025, às 18:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6992513** e o código CRC **498FBAF7** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.005132/2025-84

SEI nº 6992513

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



**MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL
JOÃO DE MENDONÇA LIMA NETO**

CPF.: [Informações pessoais]

ID.: [Informações pessoais]

Filho de [Informações pessoais] e [Informações pessoais], nasce em [Informações pessoais] em [Informações pessoais]

Dados Acadêmicos:

1976	Filosofia e Economia pela Sophia University International College, Tóquio
1997	Curso de Diplomacia Pública
2000	CAE - IRBr, Promoção do Brasil como Destino Turístico

Cargos:

1977	Terceiro-secretário
1980	Segundo-secretário
1987	Primeiro-secretário, por merecimento
1993	Conselheiro, por merecimento
2001	Ministro de segunda classe
2009	Ministro de primeira classe

Funções:

1977-80	Divisão de América do Sul II, assistente
1980-83	Embaixada em Paris, terceiro-secretário e segundo-secretário
1983-87	Embaixada em Assunção, segundo-secretário
1987-88	Divisão de América do Sul I, assistente
1988-90	Ministério da Fazenda, Secretaria de Assuntos Internacionais, assessor
1990-91	Secretaria de Imprensa, assessor
1991	Divisão de Assuntos Previdenciários e Sociais, assessor
1991-93	Centro de Processamento de Dados, chefe, substituto
1993-98	Embaixada em Tóquio, conselheiro
1998-2001	Embaixada em Londres, conselheiro
2001-03	Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, Assessoria Internacional, chefe
2003-08	Consulado-Geral em Xangai, Cônsul-Geral

2008-12	Embaixada em Hanói, Embaixador
2012-14	Embaixada em Abu-Dhabi, Embaixador
2015-17	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), assessor especial para assuntos internacionais
2017-22	Consulado-Geral em Tóquio, Cônsul-Geral
2022-	Consulado-Geral em Mumbai, Embaixador

Condecorações:

1980	Ordem El Sol de Perú, Peru, Cavaleiro
1984	Ordem Nacional do Mérito, França, Cavaleiro
2008	Medalha “Mérito Santos-Dumont”
2009	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã Cruz
2010	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Grande Oficial
2010	Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande-Oficial
2011	Medalha da Amizade, Vietnã
2012	Ordem da Amizade, Vietnã

Publicações:

2002	Promoção do Brasil como Destino Turístico, Ed. IRBr/FUNAG
2004	Programas de Geração de Emprego na China, em Mundo Afora - Programas de Geração de Emprego, Publicação da Coordenação de Divulgação do MRE, Ideal Gráfica e Editora.
2005	Programa de Combate à Violência Urbana, em Mundo Afora - Programas de Combate à Violência Urbana, Publicação da Coordenação de Divulgação do MRE, Gráfica Vera Cruz Ltda.
2012	Ho Chi Minh. Ed. Publisher



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de África e Oriente Médio
Departamento de África
Divisão de África Central e Ocidental

REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA



Julho de 2025

SUMÁRIO

SUMÁRIO	3
PERFIS BIOGRÁFICOS	4
RELAÇÕES BILATERAIS	5
POLÍTICA INTERNA.....	7
POLÍTICA EXTERNA	12
ECONOMIA.....	19
MAPA.....	22
DADOS BÁSICOS	23
INTERCÂMBIO COMERCIAL (milhares de USD, FOB) Fonte: MDIC/SECEX.....	23

PERFIS BIOGRÁFICOS

Presidente Faustin-Archange Touadéra



Nasceu em Bangui, em 21 de abril de 1957. É doutor em Matemática Pura pela Universidade de Iaundê, no Cameroun, e doutor em Matemática Pura pela Universidade de Ciência e Tecnologia (UST) de Lille I, na França. Fez carreira como professor na Universidade de Bangui, da qual foi também reitor. Em 2003, tornou-se Vice-Presidente da União Matemática da África Central. Ocupou o cargo de Primeiro-Ministro de 2008 a 2013, no governo François Bozizé. Foi eleito Presidente em fevereiro de 2016.

Primeiro-ministro Félix Moloua



Formado em Matemática e Demografia nas universidades de Bangui (República Centro-Africana) e Iaundê II (Cameroun), fez carreira, inicialmente, como professor e pesquisador (1981-2003), tendo publicado obras na área de saúde sexual e reprodutiva. Paralelamente, atuou em órgãos nacionais de estatística, estudos econômicos e recenseamento demográfico (1987-2005). Serviu, depois, como chefe de gabinete do Ministro da Economia (2007-2013) e administrador do Banco dos Estados da África Central (BEAC, 2010-2013). Dirigiu, ainda, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o escritório nacional do Banco Mundial. Sob o presidente Faustin-Archange Touadéra, foi Ministro da Economia, Planejamento e Cooperação (2016-2022) antes da nomeação como Primeiro-ministro (2022).

Ministra dos Negócios Estrangeiros e dos Centro-Africanos no Exterior Sylvie Baipo Temon



Nascida em Bangui, em 13 de junho de 1975, formou-se em Economia na Universidade de Orléans, França, em 1996. Tem mestrado e doutorado em Ciências Econômicas. Por mais de 20 anos, exerceu funções consultivas e outras em bancos e instituições financeiras. Foi nomeada Ministra dos Negócios Estrangeiros em dezembro de 2018.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações com a República Centro-Africana (RCA) em 27 de abril de 2010. Atualmente, as relações bilaterais são acompanhadas pela Embaixada do Brasil em Brazzaville, República do Congo. O governo brasileiro vem acompanhando a situação securitária centro-africana, atento a momentos que se façam eventualmente propícios e às oportunidades para o adensamento das relações bilaterais. A Cônsul Honorária do Brasil em Bangui, Sylvie Dessandé, tem sido importante apoio sobre informações de política interna e economia no país.

Em maio de 2025, o Ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural da RCA participou do II Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, em Brasília. Até o momento, foi a única visita oficial de uma alta autoridade centro-africana ao país.

Cooperação humanitária. O Brasil efetuou doações de arroz para a República Centro-Africana, a título de ajuda humanitária, por intermédio do Programa Mundial de Alimentos (PMA) da ONU, em novembro de 2012 (1.000 toneladas) e em junho de 2015 (250 toneladas).

Cooperação agrícola. Em outubro de 2024, a embaixada do Brasil em Brazzaville recebeu carta assinada pelo Ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural da RCA, dirigida ao diretor da Agência Brasileira de Cooperação, com pedido de cooperação técnica trilateral RCA/FAO/Brasil, para produção sustentável de sementes de algodão e de culturas de amendoim, gergelim e sorgo. Até o momento, não houve resposta formal do Brasil.

Comércio e investimentos. O comércio bilateral com a República Centro-Africana ainda é incipiente. Em 2016, o Brasil exportou o equivalente a USD 6,2 milhões para a RCA. Nos anos seguintes, houve significativo decréscimo. Em 2022, as exportações brasileiras para a RCA voltaram a subir e chegaram a USD 37,6 milhões, o que representou aumento de 863,3% em relação a 2021. A pauta de exportação concentrou-se em óleos combustíveis de petróleo (74%), com presença de carnes de aves (15%). Já o fluxo de importações provenientes da República Centro-Africana limitou-se a USD 59 mil, concentrando-se em máquinas e aparelhos elétricos (96%).

Em 2024, o intercâmbio comercial entre o Brasil e a República Centro-Africana registrou um valor de USD 3,2 milhões, o que marca um decréscimo de 54,3% em relação ao ano anterior. Esse valor significa, no entanto, decréscimo de 91,6% em relação a 2022, ano que registrou o ápice do decênio 2015-2024. O ano de 2024 exibiu um cenário de continuidade em relação a uma série de superávits brasileiros. Naquele ano, houve um superávit de USD 3,1 milhões. A pauta de exportações brasileiras em 2024 foi composta predominantemente por carnes de aves.

As importações representam valores pouco significativos em uma análise geral do quadro de importações brasileiras. Em 2024, foram importados da República Centro-Africana USD 58 mil, com uma diminuição de 15% em comparação com 2023, distante do recorde do período de USD 203 mil obtidos em 2016. As importações de origem

centro-africana em 2024 concentraram-se em partes e acessórios dos veículos automotivos.

Principais Produtos:

Exportação - Carnes de aves e suas miudezas comestíveis (65%); sais e peróxosais de ácidos inorgânicos e metais (21,3%);

Importação - Partes e acessórios dos veículos automotivos (88,4%); motores de pistão e suas partes (6%).

Não há registros de investimentos de empresas brasileiras na RCA. Entre os setores com maior potencial para a atuação de empresas brasileiras destaca-se o de mineração, uma vez que a RCA possui extensas reservas comprovadas e localizadas de ouro, diamante, titânio, cobalto, granito, urânio, cobre, zinco, níquel, tório, zircônio e petróleo, além, naturalmente, de minério de ferro. À exceção do ouro e do diamante, cuja exploração é apenas artesanal, nenhuma das variadas riquezas minerais da RCA foi, até agora, explorada.

Defesa. Militares brasileiros participaram nos contingentes portugueses das Missões de Treino da União Europeia na República Centro Africana até abril de 2023. Ainda hoje integram a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA), embora não como tropas, apenas como parte dos “*expert on missions*” e pessoal administrativo, conforme dados de abril de 2025 da ONU.

Assuntos consulares. A rede consular brasileira na RCA é coberta pela Embaixada em Brazzaville e pelo Consulado Honorário em Bangui. A comunidade brasileira no país, de número estimado reduzido, inclui: o representante da FAO em Bangui, Walter de Oliveira; um jovem funcionário de uma ONG italiana; missionários; e civis e militares que integram a MINUSCA.

Não há acordos bilaterais de cooperação jurídica vigentes entre o Brasil e a República Centro-Africana, o que não impede a tramitação de cartas rogatórias e pedidos de cooperação jurídica em geral, com base em promessa de reciprocidade de tratamento para casos análogos ou em convenções multilaterais de que ambos os países sejam parte.

POLÍTICA INTERNA

A República Centro-Africana tornou-se independente da França em 1960, sob a presidência de David Dacko, que declarou o Movimento pela Evolução Social da África Negra (MESAN), do qual era integrante, o partido oficial do estado centro-africano. Em 1965, Dacko foi destituído pelo Coronel Jean-Bédel Bokassa, que dissolveu a Assembleia Nacional. Bokassa declarou-se Presidente Vitalício, em 1972, e Imperador, em 1976. Três anos mais tarde, a França organizou uma operação militar que removeu Bokassa do poder, restituindo a Presidência do país a David Dacko.

O Presidente Dacko foi novamente destituído em 1981, pelo General André Kolingba, que governou a RCA até 1993, quando Ange-Félix Patassé foi eleito Presidente, no primeiro processo eleitoral multipartidário do país. Reeleito em 1999, Patassé acabou destituído em 2003 pelo General François Bozizé, que, em eleições realizadas em 2005, foi confirmado no cargo de Presidente.

A guerra civil em curso no país eclodiu em 2013, quando uma aliança rebelde dominada por muçulmanos, a Séléka (“coalizão” em sangô, língua falada por maior número de pessoas na RCA), derrubou o presidente François Bozizé. Este último mobilizou principalmente milícias de autodefesa cristãs e animistas, os Anti-Balaka, para tentar reconquistar o poder. Milhares de civis foram massacrados até o auge da guerra em 2016 e a ONU acusou Séléka e Anti-Balaka de crimes contra a humanidade, apesar da presença de uma grande força de manutenção da paz de soldados da paz.

Na esteira da deposição do presidente Bozizé, em 2013, o Conselho de Segurança das Nações Unidas impôs embargo à importação de armas pela RCA. Houve uma renovação do regime, embora com atenuações, em julho de 2023, a qual expirou em 31 de julho de 2024. O embargo foi levantado em 30 de julho de 2024, pela Resolução 2745 do Conselho de Segurança da ONU. No entanto, o embargo a grupos armados e outras entidades deveria continuar, nos termos do art. 4 da Resolução, até 31 de julho de 2025. Em julho de 2025, foi editada a Resolução 2789/25, que estendeu o embargo do art. 4 da resolução 2745 até 31 de julho de 2026.

Em 2020, os principais grupos rebeldes, que então ocupavam mais de dois terços do território, uniram-se para lançar vasta ofensiva contra Bangui. Touadéra convocou Moscou para apoiar seu exército, e centenas de mercenários da empresa de segurança privada Wagner foram enviados ao país africano, somando-se a contingente presente desde 2018. A operação foi bem-sucedida, ao expulsar os rebeldes da maior parte dos territórios que ocupavam, restringindo sua atuação às operações de guerrilha praticadas desde então.

Governo François Bozizé. Após chegar ao poder, Bozizé foi contestado por inúmeros grupos oposicionistas. Teve início, em 2004, guerra civil que se encerraria em 2008, quando se assinou, em Libreville, Gabão, acordo de paz entre o Governo e os dois principais movimentos rebeldes – o Exército Popular para a Restauração da Democracia (APRD) e a União das Forças Democráticas pela Unidade (UFDR).

Em 2011, realizaram-se novas eleições para Presidente e para a renovação de um terço do Congresso. Em 13 de fevereiro, a Corte Constitucional publicou o resultado definitivo da votação presidencial. Após rejeitar os recursos pela anulação da eleição apresentados pelos candidatos derrotados, a Corte Constitucional declarou o General Bozizé eleito em primeiro turno, com 64% dos votos.

Nova crise securitária. Uma segunda crise securitária iniciou-se em dezembro de 2012, quando a frente armada Séléka iniciou ofensiva militar contra o governo. Em março de 2013, o grupo derrubou o Presidente Bozizé. Michel Djotodia, líder de uma das principais facções da coalizão, proclamou-se chefe de Estado.

A situação securitária, porém, seguiu preocupante, com registro de saques e assassinatos em diferentes regiões. O fato de Djotodia ser muçulmano (entre 15 a 20% da população nacional segue o islamismo) agregou novo elemento ao já complexo cenário interno. Em quadro de contínuas violações de direitos humanos pelo país, organizaram-se diferentes milícias Anti-Balaka, ou de autodefesa, majoritariamente cristãs. Em 2013, confrontos entre milícias Anti-Balaka e as forças Séléka deixaram milhares de mortos e aumentaram o número de deslocados internos para cerca de 1,5 milhão de pessoas. Mais de 100 mil refugiados dirigiram-se ao Cameroun.

Em setembro de 2013, Michel Djotodia oficialmente dissolveu a Séléka, mas diversos grupos que compunham a coalizão recusaram a desmobilização. Em dezembro de 2013, a França enviou tropas ao território centro-africano, dando início à Operação Sangaris. A União Africana também enviou soldados, no âmbito da Missão Internacional de Apoio à República Centro-Africana (MISCA), estabelecida no mesmo mês, com autorização das Nações Unidas.

Em janeiro de 2014, Michel Djotodia deixou o poder, como parte de um acordo para a estabilização do país, alcançado em reunião de cúpula extraordinária, em Jamena, Chade, da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), da qual a RCA faz parte. Catherine Samba-Panza foi eleita Presidente de transição.

Como a crise perdurava, o Conselho de Segurança da ONU aprovou, em abril de 2014, resolução que estabeleceu a Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINUSCA), que substituiu formalmente a MISCA. Por sua vez, a União Europeia enviou ao país, em abril de 2014, a EUFOR-RCA, missão de paz que seria substituída em março de 2015 por uma missão de assessoria militar (EUMAM-RCA) e, em 2016, por uma missão de formação e treinamento (EUTM-RCA).

Em julho de 2014, firmou-se em Brazzaville, República do Congo, acordo de cessação de hostilidades entre ex-membros da Séléka e milícias Anti-Balaka. O frágil entendimento possibilitou a realização de eleições presidenciais em 2015.

Eleições presidenciais (2015-2016). As eleições presidenciais, originalmente marcadas para 18 de outubro e 22 de novembro de 2015, foram efetivamente realizadas em 30 de dezembro de 2015 (primeiro turno) e 14 de fevereiro de 2016 (segundo turno). Os dois candidatos mais votados na primeira fase foram Anicet Georges Dologuélé, da União para a Renovação Centro-Africana (URCA), que obteve 23,8% dos votos válidos, e Faustin-Archange Touadéra, independente, que reuniu 19,4% dos votos. No segundo

turno, Touadéra obteve 62,7% dos votos válidos. Imediatamente após o anúncio oficial do resultado, Dologuélé denunciou a suposta ocorrência de numerosas irregularidades, que, segundo ele, teriam sido testemunhadas pela comunidade internacional. O candidato derrotado, contudo, aceitou o resultado do pleito, também validado pela Corte Constitucional de Transição, e reconheceu Touadéra como presidente eleito.

Primeiro governo Touadéra (2016-2020). O Presidente Touadéra procurou ampliar a presença militar oficial em todos os departamentos do país, sobretudo no norte, mais populoso, para tentar promover a estabilidade e pacificar o interior conflagrado. Os grupos armados resistiram a se desmobilizar, e uma série de acordos de paz entre o governo e grupos rebeldes foi assinada, com nova deterioração do cenário poucos meses depois.

Finalmente, um compromisso foi negociado em Cartum, Sudão, e firmado em Bangui, em fevereiro de 2019, o chamado “Acordo de Cartum”, entre o governo e 14 grupos, em tentativa de articular uma grande paz nacional. Como resultado, um novo governo foi designado, com participação de alguns ministros ligados aos movimentos rebeldes. Medidas semelhantes haviam sido adotadas anteriormente, em decorrência de outros acordos de paz.

Seguiram ocorrendo, contudo, combates entre as forças do governo e diferentes grupos, além de denúncias de massacres no interior, que teriam a participação, inclusive, de milícias signatárias dos acordos de paz.

Segundo governo Touadéra (2020-). Em maio de 2022, o governo apresentou à Assembleia Nacional projeto de lei permitindo revisar ou modificar a Constituição de 2016, o que foi interpretado por membros da oposição como prenúncio de tentativa de alteração do artigo 35, relativo à limitação do número de mandatos do presidente da República, a fim de permitir ao presidente Touadéra disputar um terceiro mandato presidencial. Em reação, partidos de oposição e sociedade civil começaram a se movimentar e se posicionar sobre a reforma.

Em setembro de 2022, Touadéra sofreu revés legal quando o Tribunal Constitucional anulou decreto presidencial criando um comitê para redigir nova constituição. O Tribunal invocou, especialmente, o fato de o Senado, previsto na Constituição anterior, ainda não ter sido instalado. Em janeiro de 2023, a presidente do Tribunal Constitucional e principal artífice da invalidação, Danièle Darlan, foi aposentada de ofício, ato denunciado pela Ordem dos Advogados da República Centro-Africana como intervenção ilegal do Executivo no Judiciário.

Em maio de 2023, o presidente Touadéra anunciou que submeteria a um referendo a sugestão de uma nova Constituição, que lhe permitiria concorrer a um terceiro mandato, o que é proibido pela atual Lei fundamental do país. A medida foi denunciada, pela oposição e por grupos rebeldes, como manobra visando à permanência indefinida do mandatário no poder. O referendo teve lugar em 30 de junho de 2023, e seus resultados oficiais foram anunciados em 7 de agosto pela Autoridade Nacional das Eleições, com participação de 61,1% e 97,27% de votos a favor da alteração da Constituição, o que permitiu a Touadéra concorrer a nova reeleição em dezembro de 2025.

Em 2024, os paramilitares do Grupo Wagner treinaram 300 milicianos da comunidade Zande, com o fim de integrá-los às forças armadas nacionais. Os recrutas, entretanto, insurgiram-se contra seus tutores, de modo que hoje são combatidos na região sudeste do país e são acusados de violações de direitos humanos. Trata-se de região duplamente estratégica para a RCA e para o Grupo Wagner, por recursos minerais e localização geográfica, próxima às fronteiras com República do Congo e Sudão do Sul.

Em 19 de abril de 2025, o governo da RCA assinou acordo com os líderes dos grupos armados “3R Retorno, Recuperação e Reabilitação” e “Unidade para a Paz na República Centro – UPCUPC”. Com isso, os dois grupos puderam ser reintegrados ao acordo para a paz e a reconciliação na RCA, Acordo de Cartum, de 2019. Em julho de 2025, representantes do governo e desses dois movimentos se reuniram novamente, o que foi interpretado como mais uma vitória do presidente em favor da pacificação nacional. Existe, ainda, expectativa de negociações com o Movimento Patriótico da República Centro-Africana, enfraquecido desde a prisão de seu líder no Chade.

Atualmente, o único movimento a manter firme oposição ao governo é a Frente Popular para o Renascimento da República Centro-Africana, liderada por Nouredine Adam, ativa na fronteira sudanesa.

Também em 19 de abril de 2025, em Villejuif, representantes dos centro-africanos no estrangeiro (a chamada “*plateforme patriotique des Centrafricains de l'étranger*”) reuniram-se para lançar o “Grand Appel de Paris”, em que enfatizaram as melhorias em temas como segurança, controle sobre o território, fim do embargo de armas e promoção do desenvolvimento da RCA nos últimos anos, e conclamaram Touadéra a disputar a reeleição para consolidar as conquistas.

Em 26 de maio de 2025, o parlamento da RCA aprovou nova lei sobre liberdade de imprensa e comunicação, o que gerou protestos de alguns profissionais de mídia.

Exílio do ex-presidente François Bozizé. Desde o final de 2022, esteve em discussão, entre Washington e Bangui, o exílio do ex-presidente centro-africano François Bozizé, que se encontrava fazendo vários meses no Chade, de onde tentava coordenar as ações do movimento Coalizão dos Patriotas pela Mudança, ao qual está ligado, na RCA. Washington esteve envolvida em negociações para convencer o presidente centro-africano, Faustin-Archange Touadéra, a romper com o grupo armado paramilitar russo Wagner, e se teria oferecido para patrocinar a saída de Bozizé do Chade, tendo proposto duas capitais para o receber: Bissau ou Brazzaville. Bozizé está em exílio desde março de 2023 na Guiné-Bissau, conforme estabelecido no acordo de paz assinado em Luanda em 2022 entre as autoridades centro-africanas e os grupos armados. Em 2024, o ex-presidente foi alvo de um mandato de captura internacional, mas a Guiné-Bissau decidiu não extraditar Bozizé. O Presidente guineense explicou que o país não prevê na lei a extradição.

Direitos Humanos. Em reunião de junho de 2023 do Grupo de Trabalho do Conselho de Segurança sobre Crianças e Conflitos Armados (GT-CAAC), representante da UNICEF apresentou as situações na República Centro-Africana e na Somália, com base no relatório “*Global Horizontal Note*”, que abrange o período de outubro a dezembro de 2022. Nesse período, foram reportadas 97 violações graves contra 45 crianças na República Centro-Africana. Os maiores perpetradores foram os grupos não estatais

"*Lord's Resistance Army*" e "*Coalition des Patriotes pour le Changement*". Recrutamento foi a violação mais frequente (26), seguida de abdução (25).

A fim de subsidiar a manifestação brasileira na 45ª sessão do Grupo de Trabalho responsável pelo 4º ciclo da Revisão Periódica Universal sobre a RCA, os seguintes pontos de atenção foram apontados pela embaixada brasileira em Brazzaville, em dezembro de 2023: alarmante ocorrência de violência de gênero, em grande medida de caráter sexual, inclusive com a prática de casamentos precoces; os avanços, por meio da MINUSCA, para a retomada do controle territorial pelo governo eram notáveis, mas ainda havia muito a ser feito em relação a grupos residuais engajados em atividades bélicas em diferentes partes do território, em locais como as fronteiras com Chade, Sudão e Sudão do Sul, que passavam, naquele momento, a representar novos desafios para o governo da RCA, inclusive pelo incremento das migrações forçadas transfronteiriças.

Em julho de 2025, Alfred Yekatom e Patrice-Edouard Ngaissona foram condenados pelo Tribunal Penal Internacional por crimes praticados entre setembro de 2013 e dezembro de 2014, no contexto do conflito entre as milícias Séléka e Anti-Balaka. Ambos eram parte da segunda e foram condenados, respectivamente, a quinze e doze anos de prisão, por crimes de guerra e contra a humanidade.

POLÍTICA EXTERNA

A instabilidade política e securitária na República Centro-Africana tem dificultado o estabelecimento de uma política externa com objetivos de longo prazo. Mantém-se como prioritário, contudo, o tradicional relacionamento com a França, ao lado do qual vêm-se destacando também as relações com a Rússia.

Por sua posição estratégica, no centro do continente africano, a RCA atrai fortemente a atenção regional, tanto no âmbito da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) quanto da União Africana. A situação na RCA vem sendo acompanhada de perto pelos vizinhos, como Cameroun e Sudão, entre outros.

As presenças da ONU, que contribui militarmente com as tentativas de estabilização do país, e da União Europeia, importante fornecedora dos recursos para complementar o orçamento governamental, são também fundamentais.

Rússia. Desde 2017, quando o Presidente Touadéra visitou Moscou, a Rússia vem estreitando relações com a República Centro-Africana, em movimento que se inscreve na política russa de reengajamento na África. Houve encontros entre o Presidente Touadéra e o Presidente Vladimir Putin também em 2018 e 2019.

No período em que a RCA esteve sob embargo à compra de armas, França e Rússia foram autorizadas pelas Nações Unidas a reequipar as forças armadas centro-africanas. Além de fornecer material bélico e equipamentos, a Rússia também tem oferecido treinamento militar ao país. Ademais, tem sido responsável pela segurança do Presidente Touadéra. Esteve também envolvida na promoção das conversas entre o governo e 14 grupos rebeldes que levaram ao Acordo de Cartum, firmado em fevereiro de 2019.

Os interesses da Rússia na República Centro-Africana, além do componente militar, incluem a possibilidade de estabelecer parcerias na área de exploração dos recursos minerais centro-africanos.

Sob um acordo de defesa, a Rússia introduziu na RCA os mercenários do Grupo Wagner, que participaram ativamente da ação que repeliu os rebeldes que tentavam tomar a capital em janeiro de 2021. Contudo, o apoio russo efetivou-se ao custo de graves abusos contra a população civil, que se teriam generalizado ao longo de 2021, segundo as Nações Unidas.

Em novembro de 2022, após visita de delegação do BRICS, a presidência da RCA anunciou a assinatura de memorando com vistas à abertura de um Escritório do BRICS para a África Central com sede em Bangui. O projeto é interpretado por analistas como iniciativa das diplomacias russa e chinesa para ampliação de sua influência na região, coincidindo com a paulatina perda de prestígio da França, e soma-se aos planos, anunciados em outubro de 2022, de abertura de Escritório do BRICS para a África Ocidental com sede no Senegal, na localidade de Saint-Louis, a 240km de Dacar.

Em outubro de 2024, a Câmara Baixa iniciou discussão sobre projeto de lei que regulamentará o status legal de agentes estrangeiros na República Centro-Africana,

notadamente para obrigar ONGs a prestar contas regulares de suas atividades ao governo.

Em dezembro de 2024, inaugurou-se uma estátua de Evgueni Prigojine (o ex-líder do grupo de mercenários russos Wagner falecido em 2023) diante da Maison Russe, em Bangui. Esse ato é entendido no contexto de disputa entre França e Rússia por influência no governo local. Em especial, os russos, por meio do Grupo Wagner, teriam interesse em região diamantífera próxima à fronteira com o Sudão e estariam se valendo de meios como propagando anti-francesa e manipulação de informação.

Em 2025, os russos estudam, com apoio de Touadéra, a possibilidade de estabelecer bases militares em regiões como Vakaga e Gordil, no norte da RCA, consideradas estratégicas por razões militares (fronteiras com Sudão e Chade) e econômicas (reservas minerais).

Em maio de 2025, os dois países assinaram, às margens do 13º Fórum Jurídico Internacional, em São Petersburgo, memorando de cooperação jurídica para regulamentação de ONGs que atuam na RCA.

França. Antiga metrópole, a França é o único país da União Europeia que mantém embaixada em Bangui (embora a própria EU disponha de delegação na capital centro-africana). Ao lado da Índia, é uma das principais origens das importações da RCA, depois do Cameroun. É também um dos maiores investidores externos no país, considerando o estoque de investimentos. Mantém cooperação com a RCA em diversas áreas, incluindo ajuda humanitária, governança, reforço das capacidades do Estado em setores como segurança, economia e finanças e justiça, e é importante contribuinte do Fundo Bêkou da União Europeia, destinado à estabilização e à reconstrução na República Centro-Africana.

Em consequência da aproximação com a Rússia e acusações contra o Grupo Wagner, a França congelou sua ajuda financeira e parte de sua cooperação com a RCA, e o Presidente Macron se pronunciou de forma dura a propósito de seu homólogo centro-africano, acusando-o de ter-se tornado "refém do Grupo Wagner". As relações diplomáticas com a França se tornaram frias, embora recentemente, com encontros bilaterais (em 2023 e 2024) e retomada de auxílio financeiro (em 2024), haja sinais de retomada.

Em março de 2023, os presidentes Touadéra e Macron se encontraram às margens do evento "*One Forest Summit*", em Libreville. Já em setembro 2023, o presidente Touadéra visitou a França, com ênfase em assuntos econômicos e de segurança. Macron, na oportunidade, instou seu homólogo a afastar-se do Grupo Wagner. Menos de um ano depois, em abril de 2024, houve nova visita do presidente Touadéra à França.

Em novembro de 2024, a França fez doação incondicionada de 10 milhões de euros à RCA.

Presença militar francesa na RCA. Um derradeiro grupo de 47 militares franceses partiu de Bangui no dia 15 de dezembro de 2022, em direção a Libreville. Foi a conclusão de 18 meses de desengajamento francês. As missões foram reduzidas ao longo dos meses e, em outubro, só permaneciam 130 soldados franceses no seio de uma

missão logística situada no aeroporto de Bangui M'Poko. A evacuação concluiu 62 anos de presença militar francesa quase ininterrupta na RCA. O fechamento da base foi decidido pelo Estado Maior francês em meados de 2022, em contexto de retirada de tropas francesas também do Mali. O ponto comum entre a situação nos dois países africanos é a alegada atuação dos mercenários russos da sociedade Wagner. Desde o ingresso do grupo na RCA, em 2018, a relação entre militares franceses e autoridades locais vem-se degradando, até o congelamento da cooperação em abril de 2021, decidida por Paris.

A RCA sempre foi vista pelo exército francês como militarmente estratégica, porque geograficamente ligada ao Chade. Quando de sua independência, em 1960, a RCA acolheu uma base aérea francesa; seu fechamento, em 1965, não interrompeu a formação do exército centro-africano pelos militares franceses. Diante da influência crescente da Líbia em Bangui, Paris montou, em 21 de setembro de 1979, a Operação Barracuda, visando à destituição do imperador Jean-Bedel Bokassa. Foi o início do apogeu da presença militar na República Centro-Africana: a partir de 1980, cerca de 1.500 militares franceses de assistência operacional ocuparam as bases de Bangui e de Bouar até 1998. Os militares franceses passaram, a partir de então, a concentrar o seu apoio às missões da ONU e às missões regionais, mas retornaram, em 2003, com a Operação Boali. Duzentos militares foram então encarregados de apoiar o exército centro-africano diante da escalada dos grupos armados no norte do país, até mesmo interferindo diretamente, como em 2007. A Operação Sangaris (2013-2016) vem a seguir, no momento da intensificação da guerra civil em 2013; ela contava com até dois mil homens, em 2014 e 2015. Seguiu-se o Destacamento de Apoio Operacional (Détao), operacional de 2016 a 2021 e substituído pela missão logística no aeroporto de Bangui M'Poko, encerrada em dezembro de 2022.

Em 10/07/2025, o general francês Pascal Ianni visitou Bangui, como tentativa de retomada da cooperação militar entre os países, embasada em acordo de cooperação militar, mas que está suspensa desde 2021.

EUA. Como se sabe, os paramilitares russos do Grupo Wagner estão presentes na República Centro-Africana há mais de sete anos, ao lado do exército do país. Essa presença desagrade aos Estados Unidos, que, por ocasião da Reunião de Cúpula África-EUA, em dezembro de 2022, teriam feito um movimento para tentar expulsar o Grupo da RCA. Hoje em dia, a milícia Wagner apoia o exército centro-africano, presta segurança aos comboios e às escoltas do Presidente, explora várias minas e controla as aduanas do país. Quando da mencionada Reunião de Cúpula, uma reunião paralela teria sido mantida, ocasião em que uma equipe da Casa Branca teria proposto apoiar a formação das forças armadas centro-africanas e aumentar sua ajuda humanitária, no caso da partida da milícia. No caso de recusa, estariam prontos a suspender todo e qualquer financiamento.

Em fevereiro de 2024, relatório da MINUSCA apresentado ao Conselho de Segurança gerou atritos entre EUA e Rússia, pois os primeiros estariam questionando, com apoio do Reino Unido, a atuação do Grupo Wagner, que invadiria competências da MINUSCA e violaria direitos com práticas como o uso indiscriminado de drones.

Ao mesmo tempo, os EUA tentam, até o momento, promover a empresa militar privada Bancroft no país, que teria interesses em minerais estratégicos como cobalto e lítio.

Desde março de 2024, aguarda-se o início da construção da nova sede da chancelaria dos EUA no país, com previsão de área total de 33 mil m².

China. A China é um dos principais destinos das exportações da RCA. Os investimentos chineses no mercado centro-africano também estão crescendo. Há acordo do governo da RCA com empresa chinesa para reabilitar a hidrelétrica de Boali II, a cerca de 100 quilômetros de Bangui.

Desde 2013, o governo chinês implementa política de facilitação de importação de produtos de países menos desenvolvidos. Em 2022, houve ampliação dessa política, com a concessão de tarifa zero a 98% das linhas tarifárias existentes, num universo de 8.786 produtos. A RCA figurou entre os países beneficiados.

Em 19 de março de 2023, nove cidadãos chineses que trabalhavam para a empresa Gold Coast Group em uma mina em Chimbolo, na região central do país, foram assassinados com sinais de execução. Enquanto o governo suspeitou tratar-se de ataque sob responsabilidade da União para a Paz na República Centro-Africana, os rebeldes da Coalizão dos Patriotas pela Mudança, também acusada pelo governo de tomar parte, afirmaram que a autoria seria do Grupo Wagner. O acontecimento motivou a embaixada da China na RCA a orientar seus nacionais a restringir deslocamentos, bem ocasionou o recebimento de voo que, cerca de duas semanas depois do ataque, repatriou cerca de 80 nacionais chineses.

Durante o Fórum de Cooperação China-África, entre 4 e 9 de setembro de 2024, a China elevou a relação com a RCA ao status de parceria estratégica.

África. No que diz respeito ao relacionamento com as nações africanas, o país, além de ser membro da União Africana, integra a Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC). A CEMAC é organização de cunho político e econômico: os países membros compartilham moeda (o franco CFA da África Central) e Banco Central, além de terem recentemente instalado um Parlamento. Além da República Centro-Africana, fazem parte da CEMAC Cameroun, Guiné Equatorial, Chade, República do Congo e Gabão.

Em 2023, a RCA exerceu a presidência de turno da CEMAC.

A CEEAC, por sua vez, além de ser foro político, tem o objetivo de formar um mercado único na África Central. O bloco abarca onze países: Angola, Burundi, Cameroun, República Centro-Africana, Chade, Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Ruanda, São Tomé e Príncipe e República Democrática do Congo.

Quanto às relações bilaterais, há grande interesse dos países vizinhos na situação da RCA. A crise securitária centro-africana tem reflexos diretos em Cameroun, Chade, República do Congo e República Democrática do Congo, que têm recebido a maior parte dos refugiados saídos da República Centro-Africana. Sudão e Sudão do Sul também recebem grande fluxo de refugiados, embora em menor número.

Os esforços dos vizinhos para conter a crise na RCA resultaram, por exemplo, no acordo que levou à renúncia de Michel Djotodia em janeiro de 2014; e no envolvimento

do Sudão na promoção das conversações que levaram à assinatura do Acordo de Cartum, em fevereiro de 2019.

Vários países africanos têm-se engajado na RCA, como é o caso de Ruanda, Egito, Marrocos, Burundi, Senegal, Mauritânia e Zâmbia, entre outros, que estão entre os maiores contribuintes da Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINUSCA), em número de militares, policiais ou ambos. Ruanda é o país com mais soldados e policiais. Ressalte-se que, conforme informações disponíveis até julho de 2025, Cameroun é, entre os vizinhos da RCA, o 8º maior contribuinte em número de soldados e o 3º em número de policiais.

A formação da Aliança dos Estados do Sahel, em 2023, interpretada como ruptura de Burkina Faso, Mali e Níger com a tradicional influência francesa, é vista com receio em relação à RCA, pois haveria, em tese, a possibilidade de atração desse país, ainda mais tendo em vista a influência da Rússia.

Banco Mundial e FMI. O Banco Mundial é um dos primeiros parceiros da República Centro-Africana, cujo orçamento depende, em boa medida, da ajuda estrangeira. Durante o mandato de Han Fraeters como representante da entidade na RCA (2019-2022), o Banco procurou manter seus programas de apoio ao país, em troca de reformas sobre a transparência da gestão do Estado. Essa posição diferia dos demais parceiros internacionais da RCA, como a França e a União Europeia, que congelaram seus apoios orçamentários, ou ainda o Fundo Monetário Internacional, que, em 2021, recusou a implementação de um programa de referência, em razão da presença do grupo paramilitar privado Wagner no seio do aparelho do Estado.

A RCA lançou um Plano Nacional de Desenvolvimento para o período 2024-2028 e atualmente ainda busca fontes para financiá-lo. Nesse sentido, tem feito gestões junto ao BM e ao FMI e busca articular outros países africanos para fazer pressão junto aos organismos. Entre os argumentos, a RCA enfatiza os projetos atualmente em curso no país e que contam com apoio do BM, que totalizaram cerca de USD 1,2 bi.

Em 6 de junho de 2025, o FMI anunciou a liberação de empréstimo no valor de USD 58 milhões à RCA, para “responder às necessidades prolongadas da balança de pagamentos” e “manter as despesas prioritárias consagradas aos serviços públicos básicos”. O FMI enfatizou a necessidade de reforma no mercado de carburantes, hoje dependente das importações da empresa Neptune Oil, de Cameroun, como medida para favorecer a estabilidade macroeconômica.

Entre 30 de julho e 2 de agosto de 2025, realiza-se em Bangui a reunião dos governadores africanos do FMI e do BM, com a presença de 54 ministros das finanças e de representantes dos entes internacionais. Será, estima-se, a maior reunião diplomática realizada em Bangui nos últimos quinze anos.

ONU/MINUSCA. O Conselho de Segurança da ONU aprovou, em abril de 2014, resolução que estabeleceu a Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINUSCA), que substituiu formalmente a Missão Internacional de Apoio à República Centro-Africana (MISCA). Em discussão de 22/06/2022 sobre a situação na República Centro-Africana, membros do CSNU saudaram a realização do “diálogo republicano” (março de 2022) e o novo ímpeto dado

ao mecanismo regional para revitalizar o processo de paz. Ressaltou-se que a persistência de violações do cessar-fogo e de direitos humanos por diferentes atores armados se apresentam como desafios imediatos. A reunião, a delegação brasileira sublinhou (i) a realização do "diálogo republicano" como passo significativo na busca da paz; (ii) o caráter central do programa de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) na implementação do Acordo de Paz de 2019; e (iii) a necessidade de reforçar os mecanismos de aplicação da lei, a fim de coibir, investigar e punir violações de direitos humanos e do direito internacional humanitário.

Em maio de 2023, o General zambiano Humphrey Nyone foi nomeado novo comandante da MINUSCA, sucedendo o tenente-general burkinabé Daniel Sidiki Traoré.

Em novembro de 2023, o Conselho de Segurança adotou, com 14 votos a favor (Brasil inclusive) e uma abstenção (Rússia), a Resolução 2709 (2023), que renovou, por um ano, o mandato da MINUSCA.

Em 14 de novembro de 2024, a MINUSCA foi novamente renovada, nos termos da Resolução 2759/24, para 15 de novembro de 2025. Essa Resolução manteve o atual número de integrantes e elencou com tarefas prioritárias a proteção a civis; o apoio à extensão da autoridade estatal para a integralidade do território e à integridade territorial; bons-ofícios e apoio ao processo de paz; facilitação de entrega de ajuda humanitária.

União Europeia. A União Europeia enviou à RCA, em abril de 2014, a EUFOR-RCA, missão de paz que seria substituída em março de 2015 por uma missão de assessoria militar (EUMAM-RCA) e, em 2016, por uma missão de formação e treinamento (EUTM-RCA). O Brasil participou desta última, entre 2019 e 2023, por meio de militares incorporados ao contingente português, conforme acordo entre os Ministérios da Defesa de ambos os países. A participação brasileira encerrou-se em março de 2023. Em reunião do Comitê Militar da UE em janeiro de 2023, a situação na área de atuação da missão militar da EU foi considerada altamente instável e de "guerra ativa", e foi destacado o déficit de pessoal da missão, com redução expressiva de pessoal e ausência de comandantes em posições de liderança. Em maio de 2023, o chefe da Missão Civil de Assessoramento da União Europeia na República Centro-Africana (EUAM-RCA) convidou o Brasil a desdobrar civis nessa operação, na condição de país terceiro. Instituída pelo Conselho da UE em dezembro de 2019 e desdobrada efetivamente em Bangui no mês de agosto de 2020, a EUAM-RCA tem como mandato principal prover assistência estratégica ao Ministério do Interior e Segurança Pública da RCA e às Forças de Segurança Interna (FSI) no país, englobando polícia civil, gendarmaria (análoga a polícias militares), administração penitenciária e guardas florestais. O mandato da missão concentra-se em formar quadros em nível estratégico, com reforço das capacidades institucionais e ênfase nos direitos humanos, igualdade de gênero e sustentabilidade.

A Wild Conservation Society (WCS) é uma ONG norte-americana que tradicionalmente geriu importantes áreas de preservação no norte da RCA. Para isso, a União Europeia é seu principal financiador. Desde 2024, contudo, a ONG sul-africana African Parks vem tentando suplantá-la, e a União Europeia se questiona quanto à relevância de manter essa presença no país, considerando as dificuldades que a WCS enfrenta para

manter seu trabalho, especialmente em razão dos riscos à segurança de seu pessoal. Já a sul-africana, não por acaso, trabalha com a militarização dos espaços de preservação, o que poderia facilitar sua entrada nesse setor da RCA.

Em junho de 2025, o presidente Troadéra viajou à Bélgica para visita ao presidente do Conselho Europeu, Antonio Costa.

ECONOMIA

Com um PIB per capita próximo dos USD 390, a República Centro-Africana é um dos países mais pobres do mundo. A economia do país caracteriza-se pelo predomínio do setor primário: cerca de 50% do PIB advém desse setor. A agricultura é, em geral, de subsistência. Mais de 60% da população economicamente ativa trabalha no campo. Mesmo assim, a produção de alimentos nem sempre é suficiente. O setor de serviços conheceu, nos últimos anos, relativo dinamismo, em particular na área de telefonia móvel. Em meados de 2022, o país sofreu penúria de combustíveis, sobretudo gasolina e JET-A, o querosene utilizado pelos aviões, produto estratégico no país, onde numerosos eixos rodoviários são dificilmente viáveis, em razão da estação das chuvas e da falta de segurança.

Em 16 de dezembro de 2024, realizou-se uma cúpula extraordinária da CEMAC para discutir a crítica situação econômica da região. O encontro, presidido por Paul Biya, Presidente de Cameroun, contou com a presença de líderes e representantes dos países membros, além de representantes de organizações internacionais como FMI, Banco Mundial e Banco Africano de Desenvolvimento. Os principais pontos discutidos foram:

- A situação econômica alarmante da sub-região;
- Pressões inflacionárias;
- Fragilidade do crescimento econômico;
- Problemas nas finanças públicas; e
- Depreciação das reservas cambiais.

Na ocasião, o presidente Paul Biya alertou para o risco de consequências desastrosas caso nenhuma ação seja tomada e pediu mais solidariedade e apoio dos parceiros de desenvolvimento. Ao final da cúpula, os chefes de Estado adotaram um roteiro para enfrentar os desafios econômicos.

Comércio internacional. Em 2023, a República Centro-Africana era a 170ª economia do mundo em termos de PIB (US\$ 2,56 bilhões) e a 193ª economia em termos de PIB per capita (US\$ 2,56 bilhões). As exportações do país estão concentradas em produtos intensivos em recursos naturais. A venda de madeira e ouro são as principais mercadorias da pauta exportadora, seguida da venda de diamante. As importações, por sua vez, são diversificadas, uma vez que a RCA importa quase tudo do que precisa. Com o fim do embargo imposto pelo CSNU, em dezembro de 2024, os integrantes do Processo de Kimberley decidiram levantar as restrições à comercialização de diamantes da RCA, o que significa a reinserção formal do país no mercado global dessa pedra preciosa.

China, Cameroun e França são as principais origens das importações centro-africanas. Emirados Árabes Unidos, China e França estão entre os principais destinos das exportações.

Exportações:

As principais exportações da República Centro-Africana no ano de 2023 foram ouro (US\$ 113 milhões), madeira em bruto (US\$ 51,1 milhões), diamantes (US\$ 21,8 milhões), madeira serrada (US\$ 20,7 milhões) e veículos automotores; peças e acessórios (US\$ 3,1 milhões).

Os principais destinos foram Emirados Árabes Unidos (US\$ 123 milhões), China (US\$ 31,7 milhões), França (US\$ 13,1 milhões), Turquia (US\$ 12,3 milhões) e Bélgica (US\$ 9,81 milhões).

Importações:

Em 2023, as principais importações da República Centro-Africana foram petróleo refinado (US\$ 109 milhões), automóveis (US\$ 36,3 milhões), medicamentos embalados (US\$ 35,2 milhões), vacinas, sangue, antissoros, toxinas e culturas (US\$ 30,9 milhões) e tanques e veículos blindados (US\$ 26,3 milhões).

As principais origens foram China (US\$ 132 milhões), Cameroun (US\$ 115 milhões), França (US\$ 70,7 milhões), Bélgica (US\$ 47 milhões) e Côte d'Ivoire (US\$ 46,3 milhões).

Energia. Boa parte da oferta primária total de energia na República Centro-Africana corresponde à biomassa tradicional (sobretudo madeira). Quando à energia hidrelétrica, as principais usinas encontram-se em Boali, 100 quilômetros a noroeste de Bangui.

Programa de investimentos 2016-2030 da ENERCA, companhia energética centro-africana, prevê a implementação de diversos projetos de geração, a partir de usinas térmicas (30MW), hidrelétricas (372 MW) e centrais de energia fotovoltaica (130 MW), e de transmissão. O custo total do programa chegaria a USD 3,7 bilhões.

A República Centro-Africana importa 100% dos derivados de petróleo que consome e tem limitada capacidade de estocagem. Sondagens intermitentes de empresas como Shell, Conoco e Chevron, iniciadas na década de 1980 e interrompidas definitivamente em 2003, não redundaram na comprovação de reservas de petróleo economicamente viáveis. A maior parte do petróleo consumido no país é importada do Cameroun, pela empresa Neptune Oil, que detém o monopólio da operação. Inicialmente, o FMI suspendeu parcela de auxílio financeiro prevista para dezembro de 2024, por entender que as transações com a empresa de Cameroun não eram suficientemente transparentes e que o setor demandaria reformas. Entretanto, conforme exposto antes, em junho de 2025 o valor foi liberado, ainda que persistam as críticas do FMI.

Há estimativas oficiais sobre a existência de reservas de carvão mineral na região de Zako, onde teria sido identificado potencial equivalente a 2,9 milhões de metros cúbicos de lenhito.

Dados macroeconômicos. A balança comercial da RCA apresenta déficit estrutural, decorrente do padrão de comércio exterior do país (exportação de produtos primários e importação de manufaturados). No entanto, a RCA tende a apresentar saldo positivo na balança de transações correntes, pois as transferências unilaterais e as contribuições dos países doadores são geralmente maiores do que os déficits nas outras rubricas.

Depois da brutal recessão de 2013, resultante do conflito interno, que levou à redução do PIB em mais de 36%, a RCA voltou a registrar crescimento a partir de 2014, embora relativamente modesto no contexto africano – mantendo-se no intervalo entre 3% e 5% ao ano, no período de 2015 a 2019. O déficit público reduziu-se de 69,2% do PIB em 2014 para 48,5% em 2018. Em 2024, o crescimento do PIB foi de 1,1% e a dívida pública se encontrava em 60,7% do PIB.

Efeitos do conflito no Sudão (2023). Relatório do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) alertou para o aumento da insegurança alimentar na República Centro-Africana provocado pelo conflito no Sudão, país vizinho. À época, segundo o documento, a insegurança alimentar deveria atingir nível crítico até o final do verão de 2023 na RCA, caso uma resposta adequada não fosse fornecida. A região norte do país, segundo a agência, já sofria insegurança alimentar aguda, o que seria ainda mais agravado.

Por causa da insegurança reinante ao longo da fronteira, as trocas comerciais entre a RCA e o Sudão encontram-se gravemente afetadas, o que provocou um grande aumento dos preços dos produtos de primeira necessidade. O Sudão abastece várias cidades da RCA, particularmente Birao, na prefeitura da Vakaga, e Ndélé, na de Bamingui-Bangoran. Segundo relatório sobre as necessidades humanitárias para 2023, publicada em novembro de 2022, cerca de 120.000 pessoas encontram-se necessitadas de ajuda e de proteção no norte da RCA. O OCHA alerta que a situação pode se tornar mais grave, já que as localidades fronteiriças se encontram em uma região sujeita a inundações. A Agência da ONU indicou ainda que a comunidade humanitária trabalha com afinco a fim de assegurar que as pessoas em situação de calamidade recebam a ajuda necessária em tempo oportuno, nomeadamente adaptando as disposições logísticas existentes à situação.

MAPA



DADOS BÁSICOS	
Nome oficial:	República Centro-Africana
Gentílico:	Centro-africano
Capital:	Bangui
Área:	622.984 km²
População (OMS, 2023):	5,15 milhões
Língua oficial:	Francês e sangô
Principais religiões:	Cristianismo (50%); crenças tradicionais (35%); Islamismo (15%)
Sistema de Governo:	República semipresidencialista
Poder Legislativo:	Unicameral: Assembleia Nacional, com 105 membros.
Chefe de Estado:	Faustin-Archange Touadéra (desde março de 2016)
Chefe de Governo:	Primeiro-ministro Félix Moloua
Chanceler:	Sylvie Baipo Temon (desde dezembro de 2018)
PIB (BM, 2024):	USD 2,75 bilhões
PIB PPC (BM, 2024):	USD 6,74 bilhões
PIB per capita (2024):	USD 516,2
PIB PPC per capita (2024):	USD 1,11 mil
Variação do PIB (BM):	1,5% (2024); 0,7%(2023) 0,5% (2022); 1% (2021); 0,9% (2020); 3,1% (2019); 3,8% (2018); 4,5% (2017); 4,7% (2016); 4,3% (2015); 0,1% (2014)
IDH (PNUD, 2022):	0,387 (191º)
IHDI (PNUD, 2022):	0.222
Expectativa de vida (OMS, 2021):	52,3 anos
Índice de alfabetização (PNUD, 2019):	36,8%
Índice de desemprego (PNUD, 2019):	6,5%
Unidade Monetária:	Franco CFA da África Central (XAF); Sango Coin
Embaixador em Brasília	Martial Ndoubou (não residente)
Embaixador em Bangui:	Renato Soares de Menezes (residente em Brazzaville)
Comunidade brasileira estimada	5

INTERCÂMBIO COMERCIAL (milhares de USD, FOB)											
Fonte: MDIC/SECEX											
Brasil – RCA	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	2.321	1.779	6.401	1.026	1.075	3.112	3.752	3.960	37.659	7.069	3.225
Exportações	2.223	1.737	6.198	1.015	1.069	3.108	3.750	3.905	37.600	7.000	3.167
Importações	98	42	203	11	6	5	2	56	59	68	58

Saldo	2.125	1.695	5.995	1.004	1.063	3.103	3.748	3.849	37.541	6.932	3.109
--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	---------------	--------------	--------------



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Secretaria de África e Oriente Médio (SAOM)

Departamento de África (DEAF)

Divisão de África Central e Ocidental (DIACO)

REPÚBLICA DO CONGO



Julho de 2025

SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
PERFIS BIOGRÁFICOS.....	3
RELAÇÕES BILATERAIS.....	5
RELAÇÕES POLÍTICAS	5
RELAÇÕES ECONÔMICAS	8
ASSUNTOS CONSULARES	10
POLÍTICA INTERNA.....	11
POLÍTICA EXTERNA	14
ECONOMIA	23
MAPA.....	26
DADOS BÁSICOS	27
INTERCÂMBIO COMERCIAL	27

PERFIS BIOGRÁFICOS

Presidente Denis Sassou N’Guesso



Nasceu na cidade de Edou, em 23 de novembro de 1943. Ingressou no Exército em 1960 e filiou-se ao Partido Congolês do Trabalho (PCT) em 1970. Em 1975, foi designado Ministro da Defesa. Em 1977, dirigiu interinamente o país por pouco mais de duas semanas, após o assassinato do presidente Marien Ngouabi. O então coronel N’Guesso assumiu a Presidência da República em 1979 e ocupou o cargo até 1992, quando foram realizadas eleições presidenciais, nas quais alcançou o terceiro lugar. Após exílio em Paris (1994-1996), retornou ao Congo para disputar as eleições presidenciais de 1997. No contexto da guerra civil que se seguiu ao adiamento do pleito, tomou controle de Brazzaville e assumiu a Presidência da República em outubro de 1997. Elegeu-se presidente após a promulgação de nova Constituição, em 2002, e reelegeu-se em 2009, 2016 e 2021.

Primeiro-ministro Anatole Collinet Makosso



Nasceu em 11 de março de 1965 em Pointe-Noire, República do Congo. Obteve bacharelado em 1986. Possui licenciatura em Direito Público pela Universidade Marien Ngouabi, em Brazzaville, na qual é professor pesquisador desde 2010. No mesmo ano, concluiu pós-doutorado em Direito na Universidade Pantheon-Assas. Na década de 1990, foi nomeado Conselheiro Político do Prefeito de Kouilou e, em seguida, Diretor do Gabinete. De 1998 a 2011, assumiu o posto de Conselheiro do Presidente Denis Sassou N’Guesso. Entre os anos de 2011 e 2016, exerceu a função de Ministro da Juventude e Instrução Cívica. Em seguida, ocupou o cargo de Ministro da Educação Primária e Secundária de 2015 a 2021. Foi nomeado Primeiro-ministro em 12 de maio de 2021.

Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação e dos Congolese no Exterior, Jean-Claude Gakosso



Nasceu em 25 de julho de 1957, em Inkouélé, no centro da atual República do Congo. Estudou na antiga União Soviética, onde obteve diploma de Mestrado e de Estudos Aprofundados em Jornalismo na Universidade de Leningrado. Doutorou-se em Ciência da Informação e da Comunicação, em menção honrosa, na Universidade de Paris II. Tornou-se assessor do Presidente Denis Sassou N’Guesso em 1991. De 1997 a 2002, foi Assessor Especial do Presidente e Chefe do Departamento de Comunicação, Correios e Telecomunicações do Congo. Foi nomeado Ministro da Cultura, Artes e Turismo em 1992. Elegeu-se deputado em 2007 e 2012. Foi nomeado Ministro

dos Negócios Estrangeiros em 10 de agosto de 2015.

RELAÇÕES BILATERAIS

RELAÇÕES POLÍTICAS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a República do Congo foram estabelecidas em 1980. Em 1982, o Presidente congolês, Denis Sassou N’Guesso, visitou o Brasil. Dois anos depois, realizou-se a I Sessão da Comissão Mista bilateral. Seguiram-se quase 20 anos sem troca de visitas ou reuniões bilaterais, em função do quadro interno vivido pelo país africano. A aproximação foi retomada em junho de 2005, com nova visita do mandatário congolês ao Brasil.

Em outubro de 2007, realizou-se a primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro ao Congo. Na ocasião, foram assinados ajustes complementares nas áreas de prevenção e controle da malária, luta contra a AIDS, formação de recursos humanos e transferência de técnicas para o cultivo da palma africana e para apoio à produção de cana de açúcar. No mesmo mês, o Decreto Presidencial 6.235 criou a Embaixada do Brasil em Brazzaville, que começou a funcionar efetivamente no segundo semestre de 2008. Nesse ano, foi aberta a embaixada do Congo em Brasília.

Também em 2007 teve lugar a segunda sessão da Comissão Mista bilateral, em Brasília; a terceira sessão foi realizada em 2009, em Brazzaville. Em setembro de 2022, o lado brasileiro informou não haver data disponível, no último trimestre daquele ano, para a realização da quarta sessão da Comissão Mista, e que novas data e agenda seriam propostas oportunamente.

Em agosto de 2018, o titular congolês da pasta de Esportes e Educação Física, Hugues Ngouelondele, veio ao Brasil e reuniu-se com seu homólogo para discutir possibilidades de cooperação técnica.

Em março de 2023, a Ministra do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Sustentável e da Bacia do Congo da República do Congo, Arlette Soudan-Nonault, veio ao Brasil com o objetivo precípuo de transmitir ao governo brasileiro convite para a II Cúpula das Três Bacias (Amazônica, do Congo e de Borneo-Mekong). Durante a visita, avistou-se com o senhor Presidente da República e com o Ministro das Relações Exteriores, além de outras autoridades brasileiras, ademais de participar de almoço, já previsto para a data, com embaixadores africanos no Palácio Itamaraty.

A Ministra dos Assuntos Sociais, da Ação Humanitária e da Solidariedade, Irène Marie Cécile Mboukou-Kimbatsa visitou o Brasil de 10 a 14 de abril de 2023, a fim de conhecer o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e seu vínculo com a Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil.

O presidente Denis Sassou N’Guesso visitou o Brasil em agosto de 2023, a fim de participar, em Belém, da Cúpula da Amazônia. À margem do evento, em 9 de agosto, manteve encontro bilateral com o senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Em 5 e 6 de outubro de 2023, o chanceler Jean-Claude Gakosso foi recebido, pela Secretária-Geral e pelo Ministro das Relações Exteriores, ocasião em que conversaram sobre áreas prioritárias para a cooperação bilateral, meio ambiente e mudança do clima. Entre 19 e 24 de maio de 2025, o Ministro da Agricultura, da Pecuária e da Pesca congolês, Paul Valentin Ngobo, esteve em Brasília para participar do II Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural.

Em 23 de julho de 2025, a Embaixada do Brasil em Brazzaville recebeu nota verbal comunicando a adesão da República do Congo à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.

Cooperação técnica. A cooperação técnica do Brasil com o Congo está amparada no Acordo de Cooperação Econômica, Técnica, Científica e Cultural firmado pelos dois países em 1981. A República do Congo já recebeu cooperação brasileira em diferentes áreas, como produção de cacau, cultivo da palma africana e combate à AIDS, entre outras.

A República do Congo é um dos 40 países em desenvolvimento contemplados por projeto de cooperação técnica triangular Brasil-Escritório das Nações Unidas para Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)-Japão voltado à capacitação internacional para fortalecimento da gestão de cooperação Sul-Sul e Trilateral/Triangular.

No âmbito da cooperação Sul-Sul trilateral, o Brasil pilota, em coordenação com o Programa Mundial de Alimentos (PMA), o Programa de Execução PMA/Brasil para a Promoção da Cooperação Sul-Sul de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar. O principal objetivo é reforçar a capacidade e os conhecimentos a nível nacional em matéria de modelos sustentáveis de alimentação escolar e apoiar os governos nacionais no domínio da concepção, gestão e expansão de programas de alimentação escolar sustentáveis, nutritivos e baseados em alimentos de produção nacional. A previsão atual é de que o projeto durará até 30 de dezembro de 2026, sendo que o último ato praticado até o momento foi, em abril de 2023, a visita autofinanciada de representantes do governo da República do Congo (Ministério da Agricultura, Ministério da Educação e Ministério do Desenvolvimento Social), chefiada pela Ministra de Desenvolvimento Social daquele País, além de representantes dos escritórios do PMA da África do Sul e do Congo.

Ainda em cooperação trilateral, o Congo tem projeto de financiamento de cooperação Sul-Sul intitulado “*Enhancing Family Farmers’ Access to Local Markets in the Republic of Congo through South-South Cooperation*”. A gestão desse projeto é responsabilidade do UNOSSC. No Brasil, as instituições envolvidas são o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A previsão é de que o projeto será finalizado em 31 de outubro de 2025.

Cooperação educacional. Brasil e Congo estabeleceram, em 1982, Acordo de Cooperação Cultural, Educacional, Científica e Técnica, que se encontra em vigor. Desde 2012, ao amparo daquele instrumento, estudantes congolese vêm-se beneficiando das vagas oferecidas anualmente por diversas universidades brasileiras no âmbito do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). Os países também cooperam por meio do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). Até 2023, 187 estudantes congolese haviam sido selecionados, enquanto em 2024 e 2025 mais 375 foram escolhidos.

Cooperação humanitária. O Brasil costuma oferecer, periodicamente, doações de produtos farmacêuticos ao Governo da República do Congo, para combater doenças como tuberculose e hepatite B, de acordo com as necessidades congoleesas bem como com a disponibilidade dos estoques dos medicamentos oferecidos.

Em março de 2010, o Brasil realizou doação de USD 200 mil ao Programa Mundial de Alimentos (PMA), com o fim de que este adquirisse bens considerados prioritários pelo Governo da República do Congo para o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional de crianças refugiadas na província de Likouala.

Em 2011, o Brasil voltou a contribuir com a segurança alimentar dos refugiados.

Em 2012, foram efetuadas doações de medicamentos ao país africano, como contribuição ao tratamento das vítimas de explosão acidental de depósito de armamentos ocorrida em Brazzaville, no mês de março daquele ano.

Em 2020, o Brasil efetuou doação humanitária, por intermédio do PMA, de USD 75 mil ao Congo para aquisição de equipamentos médico-sanitários, no contexto do enfrentamento à pandemia de Covid-19.

Em março de 2023, o governo congolês indicou aceitação de oferta brasileira de doação humanitária de medicamentos para tratamento das hepatites virais.

A convite do Governo brasileiro, que custeou a viagem, a República do Congo participou da VIII edição da Jornada Africana da Alimentação Escolar que se realizou em Adis Abeba, no período de 28 de fevereiro a primeiro de março de 2023. O país foi representado por Félicité Hortense Koukengue Matsanga, Diretora de Alimentação Escolar do Ministério do Ensino Pré-escolar, Primário, Secundário e da Alfabetização.

Cooperação em defesa. A convite do Brasil, a República do Congo participou da VIII Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), em Mindelo, Cabo Verde, de 17 a 18 de abril de 2023.

Em 2024, o Congo enviou militar congoleesa para participar da 12ª edição do Curso de Operações de Paz para Mulheres, realizada no Rio de Janeiro pelo Centro de Operações de Paz de Caráter Naval. O Curso vem sendo organizado pelas Forças Armadas do Brasil, Ministério da Defesa, em coordenação com a ABC/MRE. Em 2025, a previsão é de que o Curso seja realizado no fim de agosto, mas por ora o Congo não figura entre os países a serem convidados.

O Brasil tem convidado regularmente a República do Congo a participar da Operação GUINEX (anos de 2023, 2024 e 2025), que tem como propósito incrementar a parceria entre a Marinha do Brasil e as Marinhas e Guardas Costeiras dos países da região do Golfo da Guiné, com atividades conjuntas de assessoramento e treinamento, com foco no combate à pirataria e a outras atividades marítimas ilícitas na região. A República do Congo tem sempre respondido de forma positiva aos convites.

Candidaturas. A República do Congo manifestou interesse na admissão do país como Observador Associado na CPLP. Durante 2024, a chancelaria congoleesa realizou

gestões junto à embaixada para obter auxílio na formalização do pedido de adesão do Congo à CPLP, na condição de observador associado, inclusive quanto às formalidades a serem seguidas. Durante a 268ª Reunião do Conselho de Concertação Permanente, em 27 de março de 2024, o representante angolano frisou que a admissão do Congo é vista por seu país como “um assunto politicamente muito importante”.

Em anos recentes, as principais candidaturas brasileiras endossadas pela República do Congo foram para o Comitê de Direitos Humanos (CCPR), mandato 2023-2026 (a República do Congo apoiou o Brasil de forma unilateral); o Conselho de Direitos Humanos, mandato 2024-2026 (a República do Congo declarou verbalmente que apoiou o Brasil; o apoio não foi formalizado por escrito); e a Junta de Auditores (BoA), mandato 2024-2030 (a República do Congo apoiou o Brasil de forma unilateral).

Temas culturais. Nos últimos anos, as comemorações da Data Nacional do Brasil têm sido ocasiões para apresentar traços culturais brasileiros e comuns aos dois países. Em 2022, quando se comemorou o bicentenário da independência do Brasil, apresentaram-se a cantora lírica Janette Dornelles e o pianista Thales Silva, procedentes de Brasília, com canções de origem africana. Em 2023, houve apresentação musical da simbiose Samba Brasileiro e Rumba Congoleza, com o grupo congolês “*Djason le Philosophe et Super Nkolo*”. Já em 2024, houve apresentação do duo brasileiro de violinistas Sávio e Cecília Santoro, procedentes de Recife, e da cantora congoleza Pie d’Or.

Em 10 de dezembro de 2024, o Brasil fez doação de mais de cem livros, relacionados à história brasileira, da coleção “Biblioteca Básica Brasileira” da Fundação Darcy Ribeiro, para a Biblioteca do Memorial Pierre Savorgnan de Brazza. A doação foi objeto de notícia na mídia local, tanto na imprensa quanto na televisão. Prevê-se a inauguração da Biblioteca ainda em 2025.

RELAÇÕES ECONÔMICAS

Comércio bilateral. Até 2021, o recorde no comércio bilateral havia ocorrido em 2012, quando o intercâmbio total chegou a USD 313 milhões. Em 2021, o fluxo de comércio foi equivalente a USD 60,5 milhões, inteiramente correspondentes às exportações brasileiras.

Em 2022, novo recorde na corrente bilateral foi registrado: USD 513,6 milhões, devido ao expressivo crescimento das importações brasileiras originárias do país africano, que alcançaram USD 450 milhões, constituindo 88% da corrente de comércio bilateral. O crescimento do fluxo bilateral não se manteve no ano de 2023, registrando uma redução de 40%.

No ano de 2024, o comércio bilateral registrou um fluxo de USD 215,1 milhões, o que marca uma queda de 30,5% em relação ao ano anterior. Houve um *superávit* a favor do Brasil, com um saldo de USD 25 milhões, registrando um aumento de 118% em comparação a 2023.

As exportações brasileiras alcançaram nesse ano o patamar de USD 120 milhões, sendo este o maior valor registrado no decênio, com um aumento de 36,9% com relação a 2023. A pauta de exportações brasileiras foi composta principalmente por carnes de

aves (47,4%). Outros produtos foram açúcares e melaços (10,7%); outras carnes e miudezas comestíveis (6,9%); e despojos comestíveis de carnes (4,5%).

Quanto às importações provenientes do Congo em 2024, nota-se uma significativa redução em relação aos valores dos dois anos anteriores. As importações totalizaram USD 95 milhões, uma redução de 57,2% em comparação com 2023. A pauta importadora concentrou-se exclusivamente no petróleo.

Investimentos. Quanto aos investimentos brasileiros no Congo, registra-se a presença, no país, da Asperbras, que atua em projetos de construção civil e iniciativas na área do agronegócio. O parque industrial de Maloukou, cedido aos fundos de investimentos ruandeses Crystal Ventures Ltd, foi construído pela Asperbras, e abriga unidades de produção de materiais de construção, tais como canos de PVC; chapas galvanizadas; barras em betão armado; cabos elétricos; e tijolos em argila. O parque fica situado a cerca de 60km a nordeste de Brazzaville.

Em 2019, o Congresso de Dirigentes de Empresas do Congo manifestou à Embaixada do Brasil em Brazzaville o interesse em realizar parcerias com empresas brasileiras na área agrícola. No passado, construtoras brasileiras também atuaram no cenário congolês.

Em janeiro de 2022, o presidente Denis Sassou N’Guesso inaugurou, em Pointe-Noire, capital financeira e econômica do país, o hospital geral de Ngoyo. Trata-se do segundo hospital inaugurado no âmbito de programa destinado a dotar o Congo de doze infraestruturas sanitárias de alto padrão; o primeiro foi inaugurado em Brazzaville em 2021. Ambos foram construídos e equipados pela empresa brasileira Asperbras, que tem filial na capital congoleza.

Em novembro de 2022, o presidente N’Guesso – que desenvolve atividade privada de criação de gado – compareceu ao desembarque, no porto de Pointe-Noire, de mais de três mil bovinos da raça Nelore provenientes do Brasil, em operação comercial conduzida pela Asperbras. A Asperbras, além disso, participou nos últimos anos em projetos de abertura de poços artesianos e de construção de pequenas fábricas para fabricação de itens como telhas ou fiação elétrica.

A Andrade Gutierrez foi a primeira empresa a se instalar no Congo, em 1983, e hoje mantém uma representação no país e realiza projetos rodoviários no norte do território congolês.

Em junho de 2025, o diretor geral da Aviatrade Business Congo procurou a Embaixada do Brasil com interesse de adquirir quatro aeronaves da Embraer, duas para transporte de passageiros (modelo 145) e duas para sobrevoos em florestas e áreas de mineração (modelo 120). Foi transmitido o contato da empresa brasileira e o dirigente congolês informou ao posto que efetivaria as compras e treinaria o pessoal necessário na subsidiária italiana da Embraer.

Produtos de defesa. Têm havido conversações de empresas brasileiras da área de defesa e segurança com o governo da República do Congo, a exemplo da Taurus Armas S.A., que em 2022 solicitou autorização para negociar com o país. Essas empresas

identificaram oportunidades relativas ao suprimento de munição, armas e equipamentos para as forças de segurança congoleesas.

Dívida soberana. O Congo foi um dos países beneficiados pela decisão do governo brasileiro de reestruturar dívidas soberanas de alguns países africanos. A dívida congoleesa com o Brasil chegou a USD 352 milhões em 2010, tendo diminuído para USD 234 milhões pouco depois, em virtude de redução decorrente de tratativas com o Clube de Paris. Posteriormente, contrato de renegociação de dívida bilateral estabeleceu que o saldo remanescente seria de pouco mais de USD 118 milhões. Em outubro de 2019, a dívida consolidada da República do Congo era de cerca de USD 93 milhões.

ASSUNTOS CONSULARES

A comunidade brasileira na República do Congo é calculada em cerca de 60 pessoas, a maioria composta por funcionários da empresa Asperbras. Não há registro de cidadãos brasileiros presos. O único incidente consular registrado até julho de 2025 foi pedido de assistência de brasileiro gravemente enfermo por COVID-19.

POLÍTICA INTERNA

Histórico. Ex-colônia da França, a República do Congo obteve sua independência em 1960. A vida política do país, em sua primeira década, foi marcada por instabilidades. Em 1968, o capitão Marien Ngouabi tomou o poder, formou um governo de esquerda apoiado no Partido Congolês do Trabalho (PCT) e inaugurou regime de partido único. Ngouabi foi assassinado em 1977 e o país passou a ser governado por uma junta militar, até que, em 1979, o coronel Denis Sassou N’Guesso, também ligado ao PCT, assumiu a Presidência da República, permanecendo no poder até 1992, quando se iniciou processo de abertura política e econômica.

No pleito realizado em 1992, elegeu-se Presidente Pascal Lissouba – com o apoio, no segundo turno, do PCT de Sassou N’Guesso, que alcançara apenas a terceira posição no primeiro turno. Em 1993 e 1994, o país viveu sua primeira guerra civil, iniciada por confronto entre forças do governo e da oposição no contexto das eleições legislativas.

Em 1997, às vésperas de novas eleições presidenciais, Sassou N’Guesso despontava como favorito. A escalada das tensões no país e as perspectivas de derrota levaram Lissouba a adiar o pleito, o que teve como consequência o início da segunda guerra civil congoleza.

Em outubro de 1997, as forças de Sassou N’Guesso tomaram o poder. Os conflitos, porém, durariam até o fim de 1999. Nova Constituição foi redigida por um Conselho Nacional de Transição e aprovada em referendo em janeiro de 2002 por 84% dos votantes. Sassou N’Guesso foi eleito logo depois, com 70% dos votos para mandato de sete anos. Em 2009, foi reeleito com 78% dos votos. Em 2016, reelegeu-se novamente, em primeiro turno, com 60% dos votos. Por fim, em 2021, ocorreu a mais recente reeleição de N’Guesso, com cerca de 88% dos votos.

Forças políticas. O Partido Congolês do Trabalho (PCT) constitui a principal força política do país. Com exceção de parte da década de 1990, o PCT está no poder desde sua fundação, em 1969. O Partido adotou, até a queda da União Soviética, ideologia marxista-leninista. Daí em diante, assumiu linha próxima do socialismo democrático. Com o apoio de partidos menores, o PCT forma a coalizão chamada União para a Maioria Presidencial.

A União Pan-Africana para a Democracia Social (UPADS), do ex-Presidente Pascal Lissouba, que governou entre 1992 e 1997, e o Movimento Congolês pela Democracia e o Desenvolvimento Integral (MCDDI) são os principais partidos organizados de oposição, com base nos resultados das últimas eleições presidencial (2021) e parlamentar (2022).

Instituições. República semipresidencialista, o Congo é um Estado unitário, dividido em 15 departamentos. O Parlamento é bicameral. O Senado é formado por 72 membros, ao passo que a Assembleia Nacional conta com 152 deputados. O PCT e seus aliados dispõem de ampla maioria nas duas câmaras. O Judiciário congolês conta com uma Corte Suprema, uma Corte Constitucional e uma Alta Corte que julga crimes de traição contra o Presidente e casos envolvendo altas autoridades durante seus mandatos.

Quanto a seu financiamento, o estado congolês obtém a maior parte de seus recursos com a taxaço da exploraço de petrleo.

Cenário atual. Nas eleiçoes presidenciais mais recentes, realizadas em 21 de março de 2021, o presidente Sassou N’Gnesso foi reeleito para um quarto mandato, com 88,4% dos votos válidos no primeiro turno. A reeleiço para o terceiro mandato, em 2016 (com 60% dos votos válidos no primeiro turno), ocorreu após referendo, em 2015, de nova Constituiço que eliminou o limite de dois mandatos presidenciais consecutivos, aboliu a proibição a que maiores de 70 anos disputassem a Presidência, reduziu o mandato presidencial para cinco anos (em vez de sete) e recriou o cargo de Primeiro-Ministro, entre outras medidas.

Em 4 de abril de 2016, pouco depois da declaraço oficial dos resultados da votaço, houve distúrbios em Brazzaville, que o governo atribuiu a ataque realizado por grupo miliciano. Dois dias depois, o segundo colocado nas eleiçoes, Guy Brice Parfait Kolélas, que concorrera pelo MCDDI, anunciou que aceitava o resultado. Em 2017, eleiçoes legislativas para a Assembleia Nacional, o Senado e os Conselhos departamentais e municipais resultaram, mais uma vez, em significativa vitória do PCT.

Antes do pleito presidencial de 2021, houve propostas, inclusive de alguns líderes opositores, de extensão do mandato presidencial até 2023, sob a condiço de que o Presidente Sassou N’Gnesso não se candidatasse novamente. Todavia, em seu mais recente Congresso Ordinário, em dezembro de 2019, o PCT recomendou nova candidatura do atual Presidente. Pierre Moussa, novo Secretário-Geral do partido, rechaçou a proposta de adiamento das eleiçoes presidenciais.

Foi realizado em 10 de julho de 2022 o primeiro turno das eleiçoes legislativas no país. Cerca de dois mil candidatos – um recorde – concorreram a 151 assentos na Assembleia Nacional. O Partido Congolês do Trabalho (PCT), do presidente N’Gnesso e seus aliados, apresentou o maior número de candidatos – muitos dos quais são familiares de membros do governo, incluindo três filhos do chefe de Estado –, seguido pelos partidos independentes e os da oposiço. O PCT conquistou, ao fim do primeiro turno, 102 cadeiras, enviando ainda 14 candidatos ao segundo turno. Este realizou-se em 31 de julho de 2022 e consagrou a vitória esmagadora do partido oficialista, que somou 112 cadeiras na nova legislatura.

Em 28/11/2024, por ocasião do 66º aniversário da independência do país, o presidente N’Gnesso proferiu discurso de “Estado da Naço”, em que frisou os desafios internos enfrentados em 2024, como desemprego juvenil, falhas nos serviços de água e eletricidade, atrasos no pagamento de pensionistas e bolsas estudantis, e a necessidade de reformas estruturais para superar a crise econômica. Apesar disso, apresentou perspectivas positivas para 2025, enfatizando esforços conjuntos para restabelecer equilíbrios nesses setores. No plano externo, reafirmou o compromisso do Congo com questões climáticas e ambientais, além de destacar a abertura do país para cooperaço bilateral e multilateral, baseada no respeito mútuo e na soberania nacional.

Há previsão de eleiçoes presidenciais para março de 2026 e legislativas para julho de 2027. O atual presidente disputará a reeleiço. Em maio de 2025, oito partidos menores de oposiço, liderados pelo Partido Social-Democrata Congolês (PSDC), criaram a

coalização denominada “Agrupamento de Força pela Mudança”. No mês seguinte, quinze partidos de oposição, incluindo o PSDC, foram impedidos de concorrer nas eleições de 2026, por meio de sua remoção da lista nacional de partidos reconhecidos.

Milícias opositoras no Departamento do Pool. Depois das eleições de 2016, intensificaram-se as atividades combativas das milícias revoltosas conhecidas como “Ninjas”, inspiradas na ação insurgente do líder rebelde Frédéric Bintsamu, mais conhecido como Pastor Ntoumi. Após a ação de 4 de abril de 2016 em Brazzaville, emboscadas e atentados nos arredores de Kinkembo, Departamento do Pool, em 30 de setembro do mesmo ano, teriam resultado na morte de vários agentes públicos. Outras 14 pessoas teriam perdido a vida em ataque à estação ferroviária de Mindouli, 200 km ao sul da capital congoleza. Na ocasião, um trem de abastecimento teria sido saqueado e incendiado pelas ditas milícias em operação relâmpago, presumivelmente profissional. Essas ações foram precedidas por ataques rebeldes igualmente sangrentos a ambulâncias, ônibus e veículos variados nas localidades de Voulia e Siassia, distantes de 40 km de Brazzaville.

Em dezembro de 2017, foi anunciado acordo de cessamento das hostilidades entre o governo e os rebeldes. O Acordo de Kinkala foi progressivamente restabelecendo a normalidade no Departamento do Pool. Desde então, até julho de 2025, não houve notícias de novas revoltas dos rebeldes.

POLÍTICA EXTERNA

Após a independência, a República do Congo implementou política externa caracterizada pelo alinhamento aos países socialistas. Na década de 1980, passou a adotar postura mais pragmática e procurou fortalecer o relacionamento com a França, principal fonte de ajuda externa e sede da maior empresa em operação no país, a Total. O colapso do comunismo no Leste Europeu reforçou essa reorientação e a aproximação, também, com os Estados Unidos.

O país também dá grande ênfase às relações com os demais países da África. Além de ser membro da União Africana, o Congo integra as organizações de integração sub-regional da África Central: a Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC), responsável pela gestão da moeda regional, o franco CFA central (XAF), e a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC). Ademais, assinou em 21 de março de 2018 o acordo de criação da Zona de Livre Comércio Continental Africana (ZLCCA), ratificado por Brazzaville em fevereiro de 2020.

O Congo tem buscado, nos últimos anos, diversificar suas parcerias. Nesse contexto, tem-se aproximado de países como Brasil, China, Turquia, Índia e Rússia. A China, em particular, tem investido fortemente nos setores petrolífero, florestal e mineiro no Congo.

Entorno regional. As relações com os países vizinhos ocupam importante parte da agenda externa do Congo, que se apresenta como agente promotor da paz na região.

Com **Angola**, o Congo mantém estreitos laços de amizade, que remontam ao período da luta angolana pela independência, quando muitos integrantes dos movimentos emancipacionistas buscaram refúgio em território congolês. Mais tarde, quando da guerra civil congoleza, Luanda enviou 2.500 homens ao Congo, que contribuíram para a vitória de Sassou N'Guesso no conflito. Em 2013, contudo, registrou-se incidente quando tropas angolanas chegaram a ocupar brevemente áreas do Congo próximas à fronteira. Aparentemente, a movimentação dos soldados de Angola estava relacionada a operação na província angolana de Cabinda. Angola tem manifestado bastante interesse, no âmbito da CPLP, na possibilidade de o Congo se tornar observador na organização internacional. Em 2023, o presidente angolano realizou breve visita de trabalho ao Congo, com ênfase na discussão sobre a situação política crítica do Gabão.

O Congo compartilha fronteira de 1.500 km com a **República Democrática do Congo (RDC)**, fator que explica o grande interesse mútuo. Nos anos que se seguiram à descolonização, os dois países estiveram em lados opostos no quadro de alianças no contexto da Guerra Fria. O relacionamento experimentou relativa distensão depois do colapso do bloco soviético e das transformações regionais na África Central, na década de 1990. De todo modo, o intercâmbio entre as populações dos dois países sempre foi intenso. Nos últimos anos, a situação da diáspora da RDC no Congo constitui motivo de preocupação na relação entre Brazzaville e Kinshasa. Dezenas de milhares de cidadãos da RDC vivem e trabalham atualmente na República do Congo, em muitos casos em situação irregular. As duas capitais estão a menos de 10 quilômetros de barco de distância, de modo que crises na RDC têm sempre potencial de afetar o vizinho.

Pouco depois de tomar posse, o Presidente da RDC, Félix Antoine Tshisekedi Tshilombo, realizou visita a Brazzaville em fevereiro de 2019, encerrando um primeiro périplo africano que o levara também a Angola e ao Quênia. A viagem constituiu importante sinalização positiva para o relacionamento bilateral.

Durante 2024, houve relativas tensões entre os dois países, devido a posicionamentos de Brazzaville em relação a Ruanda. Um exemplo dessas tensões foi, em meados de 2024, a celebração de acordo bilateral de cessão de terras cultiváveis do Congo para Ruanda, que causou estranhamento a Kinshasa.

Em dezembro de 2024, o Presidente Sassou N’Guesso recebeu visita do homólogo da RDC, Félix Antoine Tshisekedi Tshilombo, e enfatizou o apoio da República do Congo ao processo de Luanda, relativo aos conflitos no leste da RDC.

O Presidente Sassou N’Guesso tem desempenhado papel relevante no encaminhamento da crise política e securitária que afeta a **República Centro-Africana (RCA)** desde dezembro de 2012. O Congo deslocou soldados para a RCA no âmbito da Força Multinacional da África Central (FOMAC), ligada à CEEAC. Também mantém contingente de mais de cem agentes policiais na Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA). O cessar-fogo firmado em 2014 entre os grupos “Ex-Séléka” (coalizão de milicianos que tomaram o poder em 2013 na RCA) e as milícias “anti-balaka” (de oposição à “Séléka”) foi assinado em Brazzaville.

As relações com **Ruanda** estão sustentadas por vários acordos de cooperação que envolvem meio ambiente, desenvolvimento sustentável, ensino superior, aduana, forças militares, segurança e imigração. O fundo de investimento ruandês Crystal Ventures Ltd. administra o importante parque industrial de Maloukou e tem planos de investimentos vultosos em infraestrutura no Congo. A última visita de um chefe de estado ruandês ao Congo ocorreu de 11 a 13/04/2022 (a anterior ocorrera em 2010), quando o presidente Paul Kagamé discursou no Parlamento e visitou Brazzaville e Oyo, terra natal de Denis Sassou N’Guesso. Os dois países mantêm Comissão Mista, cuja quinta reunião se deu por videoconferência em 24/11/2021. Em 2024, o acordo entre Ruanda e República do Congo para cessão de terras agricultáveis congolezas gerou polêmica com a RDC, conforme mencionado anteriormente. Ressalte-se, também, que o Presidente Sassou N’Guesso tem assumido papel de destaque nas discussões, no âmbito da **União Africana**, sobre a situação na **Líbia**. Em janeiro de 2020, realizou-se em Brazzaville Reunião de Chefes de Estado e de Governo do Comitê de Alto Nível da União Africana para a Líbia.

Em relação à **União Africana**, a República do Congo sediou, em julho de 2024, a Primeira Conferência Internacional sobre Arborização e Reflorestamento (CIAR1). Esse evento resultou de decisão da UA em fevereiro de 2023, adotada na 36ª Reunião de Chefes de Estado e de Governo da UA, que formalizou o projeto “Década Africana e Mundial da Arborização e Reflorestamento”, para o período 2025-2035. O Brasil foi representando pelo chefe da Embaixada. Em linhas gerais, o evento suscitou debates importantes sobre a preservação da bacia do Congo e sobre a proteção ambiental em geral.

Organizações sub-regionais. O Congo é membro da Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) e da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC). A primeira foi criada em 1994 e tem como pilar fundamental o franco CFA da África Central (XAF), moeda comum para os países integrantes do bloco. Chade, Cameroun, Gabão, Guiné Equatorial e República Centro-Africana são os demais membros.

Em 16 de dezembro de 2024, realizou-se uma cúpula extraordinária da **CEMAC** para discutir a crítica situação econômica da região. O encontro, presidido por Paul Biya, Presidente de Cameroun, contou com a presença de líderes e representantes dos países membros, além de representantes de organizações internacionais como FMI, Banco Mundial e Banco Africano de Desenvolvimento. Os principais pontos discutidos foram:

- A situação econômica alarmante da sub-região;
- Pressões inflacionárias;
- Fragilidade do crescimento econômico;
- Problemas nas finanças públicas; e
- Depreciação das reservas cambiais.

Na ocasião, Paul Biya alertou para o risco de consequências desastrosas caso nenhuma ação seja tomada e pediu mais solidariedade e apoio dos parceiros de desenvolvimento. Ao final da cúpula, os chefes de Estado adotaram um roteiro para enfrentar os desafios econômicos.

De acordo com a revista “*Jeune Afrique*”, a cúpula foi convocada após pressão do FMI, que está preocupado com o agravamento da situação econômica e pode intensificar sanções. Analistas camaroneses permanecem céticos e acreditam que o desenvolvimento econômico só será alcançado com reformas ousadas, possivelmente incluindo mudanças na política monetária.

A **CEEAC**, por sua vez, é composta pelos países membros da CEMAC e por Angola, São Tomé e Príncipe, República Democrática do Congo e Burundi. Ruanda anunciou sua saída em junho de 2025. Em decorrência da situação interna de diferentes países membros, as atividades da organização estiveram suspensas entre 1992 e 1998. Com o relançamento do bloco, ocorreu também mudança de foco de suas atividades, as quais passaram a estar relacionadas, sobretudo, à promoção da paz. A República do Congo participa regularmente das cúpulas, a exemplo da presença de representantes seus nas edições de 2023, 2024 e 2025, e seu presidente manifesta ocasionalmente interesse de revitalizar o bloco.

O Congo também integra a Comissão de Florestas da África Central (COMIFAC). O organismo, estabelecido em 1999, promove a concertação regional em prol da preservação das florestas locais. Nos últimos anos, a COMIFAC foi, por vezes, espaço para defesa dos interesses do país. Em 2022, o Congo enviou nota verbal ao Brasil pedindo, em contrapartida a pleito brasileiro análogo, que apoiasse a posição dos membros da COMIFAC quanto à não inclusão de espécies vegetais específicas no anexo II da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies Silvestres Ameaçadas de Extinção (CITES). No mesmo ano, realizou-se reunião extraordinária da COMIFAC, presidida pelo Congo, em que os países acordaram posições comuns para temas que seriam discutidos na COP 27. Já em 2024, autoridades congolezas

ênfâtizaram estudo da COMIFAC com o WWF, que apontava sub-financiamento de proteção ambiental e sustentabilidade na bacia do Congo, em comparação com bacias como a Amazônica.

Sistema ONU. O Fórum dos Parceiros para o Desenvolvimento do Congo foi estabelecido em abril de 2021, em Brazzaville, na presença do então Primeiro-ministro e de vários integrantes do Governo. Estavam igualmente presentes ao evento o Representante Residente da ONU, chefes das Agências da ONU, membros do corpo diplomático e representantes dos parceiros técnicos e financeiros do país. Iniciativa do Sistema das Nações Unidas, a presidência da plataforma é assegurada por uma *troika* integrada pela União Europeia, o Banco Africano de Desenvolvimento e o Sistema das Nações Unidas.

Em outubro de 2024, a República do Congo apresentou, no âmbito da sessão em andamento da II Comissão da 79ª AGNU, "minuta zero" de projeto de resolução intitulado "*United Nations Decade for Afforestation and Reforestation*". Trata-se de documento propositivo com forte apoio de países africanos e aparentemente centrado em endossar a "*World Decade of Afforestation and Reforestation*", lançada pelo Presidente Sassou N'Guesso na Conferência de Clima COP27, em 2022, em Sharm El Sheikh, Egito.

França. A França é um importante parceiro da República do Congo no cenário internacional, sobretudo em razão dos investimentos da empresa Total no setor petrolífero congolês. A companhia comprou, no ano 2000, a também francesa Elf Aquitaine, presente no Congo desde 1968.

A França é, atualmente, o principal doador bilateral de ajuda ao desenvolvimento para o Congo. Sob essa rubrica, financia projetos nas áreas de transportes, infraestrutura, biodiversidade, agricultura, saúde pública e desenvolvimento institucional (principalmente no campo da justiça), além de manter importante cooperação cultural e educacional com o país africano.

O Presidente Denis Sassou N'Guesso fez visita de trabalho à França em setembro de 2019, quando se reuniu com seu homólogo francês, Emmanuel Macron. Na ocasião, firmaram acordos nas áreas de meio ambiente e educação.

O Instituto francês Themis, privado, especializado em formação militar/reforma do setor de segurança, deveria inaugurar, em setembro de 2022, em Brazzaville, um novo centro de formação para oficiais da Marinha e membros da guarda marítima e da aduana. Supervisionada pelo primeiro ministro congolês, a parceria com o instituto francês constituiria iniciativa nacional com pretensão de irradiar-se na sub-região africana. Até o momento, não há registro de que esse centro tenha sido inaugurado.

Em 3 de março de 2023, o presidente Emmanuel Macron visitou Congo, como parte de périplo africano em que o francês buscou transmitir mensagem de reavaliação da política externa da França para o continente.

Em 29 de outubro de 2024, o presidente N'Guesso recebeu em Brazzaville o Conselheiro do Chefe de Estado francês encarregado da África, Jérémie Robert. Ambos

repassaram as relações bilaterais em tópicos como cooperação para o desenvolvimento e comércio. Essa visita se deu após N’Guesso deixar de comparecer a dois eventos onde seria esperado interagir com interlocutores franceses, a Assembleia Geral da ONU e a Cúpula da Organização Internacional da Francofonia. N’Guesso, no entanto, foi à Cúpula do BRICS, em Kazan, naquele mesmo ano.

O presidente congolês viajou à França de 22 a 26 de maio de 2025, segunda visita feita desde que Macron se elegera, e foram assinados acordos em áreas como transporte aquático, logística, troca de experiências para promoção do desenvolvimento sustentável, cooperação e investimentos.

Em 12 e 13 de julho de 2025, o Presidente da Assembleia Nacional do Congo chefiou delegação de parlamentares na 50ª Sessão Parlamentar da Francofonia, em Paris. Na ocasião, foram discutidos tópicos como diplomacia parlamentar, direitos humanos, promoção da língua francesa e diversidade cultural e linguística.

Itália. As relações entre os dois países remontam a fins do século XIX, quando o explorador franco-italiano Pierre/Pietro Savorgnan de Brazza fundou a atual capital, Brazzaville. A empresa ENI tem papel central nas relações, pois está no país desde 1968, atuando no setor energético.

Em abril de 2023, graças a um investimento de USD 5 bilhões da empresa petrolífera italiana ENI, o chefe de estado congolês lançou os trabalhos de construção da usina “*Congo Gaz Naturel Liquéfié*” (Congo GNL) em Ngoyo, próximo de Pointe-Noire, a capital econômica do país, nas proximidades da central elétrica do Congo, maior unidade de fornecimento de energia congolês, alimentada a gás. A central permitirá a produção de gás, sua transformação e sua liquefação, depois sua comercialização. Espera-se que habilite o Congo, pela primeira vez, a exportar gás natural liquefeito. A produção prevista, a partir de 2025, é de 3 milhões de toneladas de gás por ano (ou seja, 4,5 bilhões de metros cúbicos por ano). De acordo com operadores de hidrocarbonetos, o Congo, terceiro produtor de petróleo da África Subsaariana, possui reservas de 100 bilhões de metros cúbicos de gás natural.

Em janeiro de 2024, a Itália lançou o “Plano Mattei”, que busca fortalecer relações entre nove países da África e a Itália em quatro áreas:

1. **Educação:** Propõe alinhar currículos escolares africanos a modelos educacionais italianos, visando a expansão e melhoria do ensino.
2. **Saúde:** Planeja aumentar o acesso da população africana a hospitais, tratamentos e medidas de prevenção de doenças.
3. **Agricultura:** Foca em incentivar a agricultura familiar, melhorar cadeias de suprimento, ampliar o acesso à água com poços e promover energia verde para combater a desnutrição.
4. **Energia:** Pretende posicionar a Itália como uma ponte entre África e Europa, exportando energia verde africana para melhorar a eficiência energética europeia, afetada pela crise energética ligada ao conflito Rússia-Ucrânia.

Em 13/10/2023, a Presidente do Conselho de Ministros da Itália Giorgia Meloni realizou visita de trabalho ao Congo, coincidindo com o septuagésimo aniversário da empresa ENI. A visita, assim, se insere no interesse mais amplo da Itália de diversificar

as fontes de combustíveis e reduzir a dependência face à Rússia. A Itália tem buscado inserir-se no setor agrícola congolês por meio do Grupo ENI, especialmente em biocombustíveis.

Em 25/11/2024, o presidente congolês realizou visita à Itália e se reuniu com Meloni. Na ocasião, trataram de temas relativos ao Plano Mattei, como o desenvolvimento de projetos nas áreas de saúde, infraestrutura e acesso à água potável na República do Congo.

União Europeia. Em maio de 2022, o Congo e a União Europeia assinaram três acordos de financiamento, no montante global de 25 milhões de euros, para a implementação de três projetos nas áreas da governança digital, da profissionalização da polícia congoleza e da transversalidade da parceria entre os países envolvidos. Os fundos empenhados pela UE constituem as primeiras ações efetivas sob o “Instrumento de vizinhança, de cooperação para o desenvolvimento e de cooperação internacional” (“*IVDCI-Europe dans le monde*”) que se sucede o Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED).

Em dezembro de 2023, por ocasião da COP-28 de clima, Congo, UE e França celebraram acordo de criação de fundo com valor inicial de USD 50 mi para financiar a preservação das florestas congolezas.

Estados Unidos. Os EUA também prestam assistência ao Congo nas áreas de agricultura, alimentação escolar, saúde (principalmente no combate ao HIV, à tuberculose e à malária) e proteção do meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Há também uma importante colaboração norte-americana com as Forças Armadas congolezas, inclusive na área de segurança marítima e portuária. No âmbito das relações econômico-comerciais, o Congo beneficia-se do “*Africa Growth and Opportunity Act*” (AGOA), política de acesso facilitado de produtos de países subsaarianos ao mercado norte-americano.

Em 2023, os EUA anunciaram aumento em USD 50 bi dos recursos destinados para a proteção ao meio ambiente no Congo. O anúncio veio pouco após a Cúpula das Três Bacias Tropicais, de 26 a 28 de outubro daquele ano.

Em março de 2025, enviado especial do Presidente dos EUA, Ronny Jackson, visitou o país, para tratar de temas como os conflitos na região, especialmente na RDC, intensificação das relações econômicas bilaterais e cooperação para o desenvolvimento. Em junho, o país foi incluído entre aqueles com suspensão de visto pelo Governo Trump.

China. A China tornou-se, nos últimos anos, um dos maiores parceiros econômicos do Congo, ao lado de França e Estados Unidos. O mercado chinês é hoje o principal destino das exportações do Congo, absorvendo mais de 50% do total exportado pelo país. A China é também um dos maiores fornecedores de produtos para o mercado congolês.

O país asiático tem sido, ademais, importante fonte de financiamento para projetos no Congo. Em março de 2019, Brazzaville e Pequim chegaram a acordo para implementação de Zona Econômica Especial em Ponta Negra, segunda maior cidade e

principal centro financeiro do Congo. A iniciativa prevê uma série de obras de infraestrutura, incluindo a construção de unidades de geração de energia.

Os projetos com financiamento chinês, contudo, agravaram o endividamento congolês. Em abril de 2019, chegou-se a acordo de reescalonamento da dívida congoleza com o lado chinês. Atualmente, a China é credora de cerca de 40% da dívida externa do Congo.

Em janeiro de 2025, Wang Yi, Ministro dos Negócios Estrangeiros da China, visitou a República do Congo. Nessa ocasião, o MNE congolês reiterou a adesão do país à Belt and Road Initiative, enquanto o chinês enfatizou a importância do Fórum de Cooperação África-China (FOCAC) para as relações entre os dois países e, mais que isso, entre China e África. Também foram anunciados investimentos logísticos chineses de USD 50 mi até 2028.

Em junho de 2025, o país copresidiu com a China a edição deste ano do FOCAC, em Changsha, Hunan. Também enviou participantes para a 4ª Edição da Exposição Comercial China-África. Durante o FOCAC, Xi Jinping enfatizou o interesse de ampliar as relações de cooperação e comércio com a África, inclusive com a possibilidade de conceder isenção tarifária aos produtos exportados pelos países africanos que tenham relações diplomáticas com a China.

Rússia. Depois dos anos de proximidade com a antiga União Soviética, o Congo voltou, recentemente, a estreitar laços com Moscou na busca pela diversificação de suas parcerias. Denis Sassou N'Guesso cultiva, há anos, uma diplomacia de equilíbrio entre Moscou e a antiga potência colonial. Desde a sua ascensão ao poder, ele teria aderido à ideologia marxista do regime, embora cultivando sempre uma relação estreita com os poderosos da política francesa. Entre os dirigentes do antigo Partido do Trabalho Congolês (PCT), vários estudaram em Moscou e são russófonos, como por exemplo o Presidente da Assembleia Nacional, Isidore Mvouba. Uma parte do aparelho de segurança congolês é igualmente russófila, como o atual Ministro da Defesa e ex-Chefe do Estado Maior do Exército, Charles Richard Mondjo, formado pela Academia de tropas blindadas Malinovski, de Moscou. Ainda hoje o exército congolês aprecia os equipamentos militares russos. Em Brazzaville, Moscou dispõe, desde os anos 1980, de um Centro Cultural russo, denominado, a partir de 2021, Maison Russe; situado próximo da Embaixada francesa, trata-se de um dos raros centros russos que permaneceram ativos na África após a retirada diplomática dos anos 1990. A Maison Russe detém ainda um importante papel como instrumento influenciador no país, fornecendo cursos de língua russa.

O Presidente Denis Sassou N'Guesso participou, em 2019, da Cúpula Rússia-África, na cidade russa de Sochi, buscando reforçar os níveis da cooperação nos setores de armamentos e energia. Também foi firmado com a Rússia, em 2019, acordo sobre a construção de um oleoduto para conectar a região petrolífera de Kouilou, no sul do território congolês, à parte norte do Congo.

Em 25 de julho de 2022, o Ministro dos Negócios Estrangeiros russo, Serguei Lavrov, esteve em Oyo, feudo do Presidente congolês Denis Sassou N'Guesso, por quem foi recebido, na companhia do Chanceler congolês Jean-Claude Gakosso, tido como russófilo.

Em junho de 2024, o MNE Serguei Lavrov visitou o Congo, reunindo-se com seu homólogo, Jean-Claude Gakosso.

Em 2024, o presidente N’Guesso visitou Moscou duas vezes, uma para visita de Estado, em junho, e outra para participar da Cúpula do BRICS, em outubro. Nova visita ocorreu em 2025, por ocasião da celebração do Dia da Vitória. Os líderes celebraram a participação congoleza nos esforços de guerra e a proximidade entre os dois países, com ênfase de Putin na prioridade a ser dada pela Rússia ao continente africano.

Em 2025, os dois países ratificaram acordo, assinado em 2024, para construção de ambicioso oleoduto que ligará diversas cidades do Congo, entre as quais Pointe-Noire e Maloukou, servindo tanto de alívio para as sanções suportadas pelos russos, quanto para diminuir a insegurança energética do Congo.

Em maio de 2025, delegação russa integrada por representantes do banco “Sberbank Internationale”, da “Escola 21” e do Centro de Estudos Africanos da Escola de Altos Estudos Econômicos visitou Brazzaville, sob chefia do embaixador da Rússia no país, para discussão de medidas para desenvolver o setor digital no país e assinatura de acordos com a “Escola” e o Centro.

Santa Sé. O último cardeal do Congo, Émile Biayenda (conhecido no país como “*le Bon Cardinal*”), foi assassinado em Brazzaville em 23 de março de 1977, no contexto da revolução em que o então Presidente Marien Ngouabi e o ex-Presidente Massamba Débat também foram assassinados e que o então coronel Denis Sassou N’Guesso chegou ao poder. O Vaticano decidiu não se imiscuir no assunto, mas deu início a processo de beatificação do falecido cardeal. Em 2022, o governo congolês pleiteou a organização de um sínodo sobre a Bacia do Congo, a exemplo do que ocorreu sobre a Amazônia, em 2020. Em 2023, completam-se 140 anos da implantação do catolicismo no país. Em novembro de 2024, o presidente N’Guesso visitou o Vaticano.

CPLP. A República do Congo manifestou interesse na admissão do país como Observador Associado na CPLP. Mais informações acima, no tópico de candidaturas do item sobre informações bilaterais.

Banco Mundial. Em março de 2023, o Banco Mundial anunciou a aprovação de financiamento de USD 82 milhões em respaldo ao Projeto de Apoio às Atividades Econômicas Inclusivas e Resilientes às Mudanças Climáticas da República do Congo (ProClimat Congo). O montante inclui um empréstimo de USD 70 milhões do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e uma doação de USD 12 milhões por parte da Parceria Mundial para a Construção de Paisagens Sustentáveis e Resilientes (Progreen). O ProClimat Congo visa a reforçar a gestão das florestas e aperfeiçoar as atividades econômicas de comunidades locais. Propõe abordagem paisagística em favor da valorização dos recursos naturais, bem como de sua conservação sustentável, prevenindo riscos climáticos como inundações e secas. Visa ainda ao fortalecimento das comunidades rurais, criando e aperfeiçoando atividades econômicas inclusivas de promoção da produção agrícola e de cadeias de valor resilientes.

O Projeto deverá respaldar 562 mil beneficiários, entre os quais mulheres, ex-combatentes, a população autóctone, os jovens e pessoas portadoras de deficiência em três biomas distintos nas regiões Norte, Centro e Sul do país. As três zonas selecionadas compreendem áreas protegidas, ameaçadas pela expansão das atividades agrícolas e pela caça predatória, bem como distritos que sofrem níveis elevados de vulnerabilidade e de exclusão, em particular nos Departamentos de Pool e de Lékoumou. Permitirá, ainda, o estabelecimento de práticas agrícolas resilientes sobre uma superfície de 25 mil hectares e a organização de uma gestão sustentável das florestas sobre 1,2 milhão de hectares de áreas protegidas. Mais de 23 mil pessoas deverão se beneficiar de apoio para a instalação de atividades econômicas locais nos âmbitos da agricultura, do sistema agroflorestal, dos produtos florestais não madeireiros e do ecoturismo.

O ProClimat foi lançado oficialmente em 16 de junho de 2025, em cerimônia presidida pelo Ministro da Economia, do Planejamento e da Integração Regional do Congo, mas está em vigor desde 2023, com previsão de estender até 2028.

Em 20 e 21 de maio de 2025, o Vice-Presidente do BM para a África Ocidental e Central visitou o Congo e se reuniu com o Presidente N’Guesso, além de participar da inauguração da nova sede do Banco em Brazzaville. Entre outros pontos, o VP enfatizou que o BM já destinou mais de USD 2 bi para o Congo financiar seu Plano Nacional de Desenvolvimento 2022-2026. Hoje, segundo a imprensa local, a carteira do BM no país estaria avaliada em USD 861,9 mi, em 10 projetos nacionais e 2 regionais.

Entre 16 e 31 de julho de 2025, delegação do BM chefiada por Joachim Boko, especialista em proteção social, visitou Brazzaville para avaliar o “Projeto de Proteção Social e Inclusão Produtiva dos Jovens”. A iniciativa fornece ajuda emergencial para famílias vulneráveis e jovens pobres, facilitando acesso a programas sociais. O financiamento do BM alcança a soma aproximada de USD 133 milhões, com estimativa de cerca de 45 mil jovens beneficiados com formação para um ofício ou para o empreendedorismo. Outras 48 famílias, estima-se, são beneficiadas com transferência de renda condicionada, durante o período de um ano.

ECONOMIA

Comércio internacional. Em 2023, a República do Congo era a 136ª economia do mundo em termos de PIB (US\$ 15,3 bilhões) e a 149ª economia em termos de PIB per capita (USD 2,482 mil). As exportações do país estão concentradas em recursos naturais. A comercialização de petróleo e cobre refinado são os principais produtos da pauta exportadora, seguidos da venda de ouro e madeira. As importações, por sua vez, foram principalmente navios de passageiros de carga e navios para fins especiais.

China, Angola e Gabão são as principais origens das importações da República do Congo. China, Emirados Árabes Unidos e Índia estão entre os principais destinos das exportações.

Exportações:

Para o ano de 2023, as principais exportações da República do Congo foram petróleo bruto (US\$ 6,71 bilhões), cobre refinado (US\$ 3,67 bilhões), ouro (US\$ 622 milhões), madeira em bruto (US\$ 161 milhões) e madeira serrada (US\$ 157 milhões).

Os principais destinos das exportações do Congo foram China (US\$ 5,45 bilhões), Emirados Árabes Unidos (US\$ 2,7 bilhões), Índia (US\$ 658 milhões), Arábia Saudita (US\$ 644 milhões) e Portugal (US\$ 338 milhões).

Importações:

As principais importações da República do Congo, no ano de 2023, foram navios de passageiros e de carga (US\$ 1,28 bilhão), navios para fins especiais (US\$ 427 milhões), carne de aves (US\$ 227 milhões), petróleo refinado (US\$ 140 milhões) e tubos de ferro (US\$ 120 milhões).

Os principais parceiros comerciais de importação foram China (US\$ 1,5 bilhão), Angola (US\$ 1,24 bilhão), Gabão (US\$ 574 milhões), França (US\$ 368 milhões) e Emirados Árabes Unidos (US\$ 292 milhões).

Setor petrolífero. A economia da República do Congo é baseada no setor petrolífero, responsável pela maior parte da renda e das exportações do país – aproximadamente metade do PIB e 80% do total exportado. O país é o terceiro maior produtor de petróleo da África Subsaariana (e o sexto no continente africano). A maioria dos campos de petróleo está localizada *offshore*. A companhia francesa Total domina o setor, mas empresas italianas e americanas também são relevantes. O crescimento (ou queda) do PIB tem sido determinado por mudanças no preço do óleo.

Diante da perspectiva de que o setor entre em declínio nos próximos anos (prevê-se que a produção caia, no período de 20 anos, para 1/6 do atual volume), o governo congolês aprovou, em janeiro de 2022, um novo plano de desenvolvimento visando à diversificação econômica do país. Além disso, o país criou Zonas Econômicas Especiais com o objetivo de atrair investimentos internacionais.

Gás natural. De acordo com operadores de hidrocarbonetos, o Congo, terceiro produtor de petróleo da África Subsaariana, possui reservas de 100 bilhões de metros cúbicos de gás natural. Em abril de 2023 foram iniciados os trabalhos de construção da usina “Congo Gaz Naturel Liquéfié” (Congo GNL) em Ngoyo, próximo de Pointe-Noire, com

investimento de USD 5 bilhões da empresa petrolífera italiana ENI. A produção prevista para ser alcançada até o fim de 2025 é de 3 milhões de toneladas de gás por ano (ou seja, 4,5 bilhões de metros cúbicos por ano), volume que se espera permitirá o país a tornar-se exportador do produto.

Mineração. Além do petróleo e do gás natural, a República do Congo apresenta potencial no setor mineral. Existe produção de diamante e de ouro, a qual tem sido limitada principalmente à mineração artesanal. Empresas podem adquirir direitos para o mercado de diamantes na fronteira com a República Centro-Africana. Estima-se que existam reservas de potassa e minério de ferro ao longo da seção sul da fronteira com o Gabão, a qual é acessível através da ferrovia Brazzaville-Ponte Negra.

Indústria. A indústria congoleza está concentrada na produção de bens de consumo não duráveis, como cerveja, açúcar, óleo de palma, sabão, farinha e cigarros. O setor contribui com pouco mais de 10% para o PIB.

Setor madeireiro. As florestas tropicais do norte do país constituem o principal recurso para a indústria madeireira. A silvicultura, que representava a maior parcela das exportações congolezas antes da descoberta de petróleo, na década de 1970, hoje gera menos de 7% das exportações. A produção e o processamento de madeira estagnaram como decorrência das guerras civis, mas estão sendo revitalizados.

Agricultura. O país explora apenas 4% das terras aráveis, com forte predominância de agricultura de subsistência de baixa produtividade, respondendo por 80% das terras utilizadas. O setor emprega cerca de 40% da população economicamente ativa, mas responde por apenas 5% do PIB. As exportações são praticamente inexistentes. O governo busca lidar com o problema por meio do Novo Plano Nacional de Desenvolvimento 2022-2026, que prevê ferramentas como as ZAP (Zonas Agrícolas Protegidas), voltadas a conferir apoio estatal para aumento da produção de cooperativas agrícolas.

Dívida pública. A economia do Congo sofreu o impacto da redução dos preços do petróleo na década de 1990 e do conflito interno no país em 1997. Em 2010, diante das dificuldades do país, o Clube de Paris e o FMI perdoaram parte da dívida congoleza. Condição-se a continuidade da ajuda ao Congo à realização de uma série de reformas. Dois anos depois – e após a reestruturação da dívida com a China – o FMI concordou em liberar mais USD 449 milhões para apoiar a economia congoleza, em vários desembolsos limitados, cada um deles condicionado a nova avaliação do Fundo sobre a situação econômica local. Uma primeira parcela de USD 45 milhões foi recebida pelo governo congolês em julho de 2019. Apesar de a situação da dívida pública congoleza continuar periclitante, esta diminuiu de 113% do PIB no final de 2020 para 102% no final de 2021. Do total da dívida pública, 63% é de dívida externa, incluindo-se o montante de 18,8% do qual a China é detentora. Em dezembro de 2024, a dívida pública era de 95,4% do PIB do país.

Consequências do conflito na Ucrânia. A República do Congo sofreu considerável aumento de preços dos alimentos em decorrência do conflito entre Rússia e Ucrânia. O país importa mais de um bilhão de dólares em bens alimentícios por ano, e vê alguns produtos básicos sofrerem aumento substancial. Em maio de 2022, o Conselho de Ministros apresentou “Plano de Resiliência” em reação à inflação e ao risco de

desabastecimento no setor de alimentos. Um prolongamento da guerra pode elevar a inflação no país, embora também possa aumentar o preço do petróleo e potencializar a recuperação econômica.

Indicadores sociais. A desigualdade e o desemprego na República do Congo permanecem altas, mesmo em comparação com países vizinhos. Esquemas de proteção social têm baixa cobertura no país. Indicadores como os de mortalidade e educação infantil, alfabetização da população e expectativa de vida ainda permanecem muito aquém das médias mundiais.

MAPA



DADOS BÁSICOS

Nome oficial:	República do Congo
Gentílico:	Congolês
Capital:	Brazzaville
Área:	342.000 km²
População (OMS, 2023):	6,18milhões de habitantes
Língua oficial:	Francês
Principais religiões:	Cristianismo (50%); Crenças tradicionais (48%); Islamismo (2%)
Sistema de Governo:	República semipresidencialista
Poder Legislativo:	Bicameral: Senado, com 72 membros; Assembleia Nacional, com 152 membros.
Chefe de Estado:	Presidente Denis Sassou N'Guesso
Chefe de Governo:	Primeiro-Ministro Anatole Collinet Makosso
Ministro dos Negócios Estrangeiros:	Jean-Claude Gakosso
PIB (BM, 2024):	USD 15,72 bilhões
PIB PPC (FMI, est. 2022):	USD 44,5 bilhões
PIB per capita (BM, 2024):	USD 2,482 mil
PIB PPC per capita (BM, 2024):	USD 7,026 mil
Variação do PIB (BM, 2024):	2,6% (2024); 1,9% (2023); 1,5% (2022); 1% (2021); -6,3% (2020); 1,1% (2019); -2,3% (2018); -5,6% (2017)
IDH (PNUD, 2021):	0,571 (153º)
IHDI (PNUD, 2019):	0,456
Expectativa de vida (PNUD, 2021):	63,5 anos
Índice de Alfabetização (PNUD, 2021):	0,432
Índice de desemprego (BM, 2019):	23%
Unidade Monetária:	Franco CFA da África Central (XAF)
Embaixador do Congo:	Louis Sylvain-Goma
Embaixador em Brazzaville:	Renato Soares Menezes
Comunidade brasileira estimada:	120

Brasil – República do Congo	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
------------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

INTERCÂMBIO COMERCIAL (US\$ milhões, FOB) – Fonte: Comexstat/MDIC

Intercâmbio	66,8	31,1	28,3	22,1	22,3	73,5	60,6	513,6	309,6	215,1 (-30,5%)
Exportações	66,8	31	18,3	22	22,2	73,5	60,6	63,7	87,7	120 (+36,9%)
Importações	0,03	0,06	9,9	0,1	0,007	0,02	0,007	449,9	221,9	95 (-57,2%)
Saldo	66,8	31	8,4	21,9	22,2	73,5	60,6	-386,1	-134,2	25 (+118%)